



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PIAUÍ – SR(24)PI**

***PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIAS ANUAL
- RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2010 -***

Teresina (PI), Março/2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 173/2010, da Portaria TCU nº 277/2010.

Teresina, Março/2011

EVANDRO CARLOS MIRANDA CARDOSO

Superintendente Regional

MARIA DO SOCORRO MORAES VASCONCELOS RIBEIRO

Assistente de Gabinete/Superintendente Substituta

DEUZIMAR CABRAL DE BRITO

Chefe da Divisão de Administração

MARIA TERESA DA SILVA SÉRVIO

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

MANOEL DE MOURA FILHO

Chefe da Procuradoria Regional

PAULO GUSTAVO DE ALENCAR

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

ROMMEL DE CARVALHO BRITO

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Antônio de Pádua S. Marques

Cadastro Rural

Marcelo Barbosa Parente

Regularização de Territórios Quilombolas

Alessandro Rufino de Carvalho

Orçamento e Finanças

Stalone Lima Vasconcelos

Contabilidade

Claudia Maria Cesar de Araújo

Desenvolvimento de Projetos

Miguel Reginaldo Teixeira

Implantação de Assentamentos

Edésio Ferreira de Miranda

Meio Ambiente e Rec. Naturais

Waldemar Higino de Souza Filho

Infraestrutura

Geovanni de Melo Sérvio

Cartografia

Roberto Sergio Trindade de Sousa

Desenvolvimento Humano

José Wilson de Sousa Odorico

Planejamento e Controle

Rosimere Alves Batista

Sala da Cidadania

Ipujucan Régis da Silva

Regularização Fundiária

Stânio de Sousa Vieira

Ouvidor Agrário Regional

Missão

Missão

“Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.”

Visão de Futuro

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social.”

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APNE – Associação de Plantas do Nordeste

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GTZ - Agência de Cooperação Alemã

GUT - Grau de Utilização da Terra

IN – Instrução Normativa

INTERPI – Instituto de Terras do Piauí

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NE – Norma de Execução

PA – Projeto de Assentamento

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDHC – Programa Dom Helder Câmara

PGE - Plano Geral de Estatísticas

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PO – Programação Operacional

PRRA – Programa Estadual de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura do Piauí

SEMAR – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SFA – Serviço Florestal Brasileiro

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICONV – Sistema de Convênios

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNCR - Sistema Nacional do Cadastro Rural

SR – Superintendência Regional

RTID - Relatório Técnico de Identificação das famílias Quilombolas

UJ – Unidade Jurisdicional

UMC - Unidades Municipais de Cadastramento

TDA - Títulos da Dívida Agrária

VEGEFLORA - Extrações do Nordeste Ltda,

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1- Evolução histórica da Implantação de Assentamentos no Piauí.....	23
Quadro 2- Evolução dos investimentos em infraestrutura pela SR(24)PI	25
Quadro 3- Resumo da Execução Física das Ações Realizadas no Exercício	34
Quadro 4 - Execução Física da Ação Realizada pela UJ	36
Quadro 5- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	37
Quadro 6- Execução Física da Ação realizada pela UJ.....	38
Quadro 7- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	39
Quadro 8- Execução Física da ação realizada pela UJ.....	40
Quadro 9- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	41
Quadro 10- Execução Física da ação realizada pela UJ.....	42
Quadro 11- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	42
Quadro 12- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	44
Quadro 13- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	44
Quadro 14- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	46
Quadro 15- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	46
Quadro 16- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	48
Quadro 17- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	48
Quadro 18- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	50
Quadro 19- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	50
Quadro 20- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	52
Quadro 21- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	53
Quadro 22- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	54
Quadro 23- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	54
Quadro 24 -Execução Física da Ação Realizada pela UJ	56

Quadro 25-Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	56
Quadro 26- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	58
Quadro 27- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizadas pela UJ	58
Quadro 28- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	60
Quadro 29- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	60
Quadro 30- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	63
Quadro 31- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	63
Quadro 32- Execução Física da ação realizada pela UJ.....	65
Quadro 33- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ.....	65
Quadro 34 - Execução Física da Ação Realizada pela UJ	66
Quadro 35- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	66
Quadro 36- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	68
Quadro 37- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	68
Quadro 38- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	70
Quadro 39- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ	70
Quadro 40– Execução Física da Ação Realizada pela UJ.....	71
Quadro 41- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	71
Quadro 42- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	72
Quadro 43- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ	72
Quadro 44- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	74
Quadro 45-- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ.....	74
Quadro 46- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	76
Quadro 47- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	76
Quadro 48- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	78
Quadro 49- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	78
Quadro 50- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	80
Quadro 51- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	80

Quadro 52- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	82
Quadro 53- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	82
Quadro 54- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	84
Quadro 55- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	84
Quadro 56- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	85
Quadro 57- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	85
Quadro 58- Execução Física da ação realizada pela UJ.....	87
Quadro 59- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ	87
Quadro 60- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	89
Quadro 61 - Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	90
Quadro 62- Execução Física da Ação Realizada pela UJ	91
Quadro 63- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ.....	91
Quadro 64- Execução Física da ação realizada pela UJ.....	94
Quadro 65- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ	94
Quadro 66– Movimentação Orçamentário por Grupo de Despesa	97
Quadro 67- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	98
Quadro 68 - Despesa Corrente por Grupo e Elemento Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	99
Quadro 69- Despesa de Capital por Grupo e Elemento Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	100
Quadro 70– Indicadores	101
Quadro 71– Reconhecimento de passivos.....	110
Quadro 72– Situação de restos a pagar de exercícios anteriores.....	111
Quadro 73- Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	112
Quadro 74- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária.....	113
Quadro 75- Composição de Recursos Humanos por nível de escolaridade.....	113
Quadro 76 – Servidores Inativos.....	114

Quadro 77– Instituidores de Pensão.....	114
Quadro 78- Estagiários.....	114
Quadro 79– Manutenção de Recursos Humanos	115
Quadro 80- Serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	116
Quadro 81- Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão-De-Obra.....	117
Quadro 82– Distribuição do pessoal contratado	118
Quadro 83– Transferências recebidas e realizadas no Exercício	119
Quadro 84– instrumentos celebrados nos três últimos exercícios.....	120
Quadro 85– transferências concedidas na modalidade de Convênio e Contrato de Repasse	121

SUMÁRIO

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ – SR(24)	16
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	18
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	18
2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	19
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	19
2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	29
2.2.1 - Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	29
2.2.2 - Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	30
2.2.4 - Divisão de Gestão Administrativa	33
2.3 - Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade.....	34
2.3.1 - Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	35
2.3.1.1 - Dados Gerais do Programa:	35
2.3.1.2 - Principais Ações do Programa	36
2.3.1.2.1 - Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária..	36
2.3.1.2.2 - Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	38
2.3.1.2.3 - Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	40
2.3.1.2.5 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	43
2.3.2 - Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	45
2.3.2.1 - Dados Gerais do Programa:	45
2.3.2.2 - Principais Ações do Programa	45
2.3.2.2.1 - Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	45
2.3.2.2.2 - Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	47
2.3.2.2.3 - Ação 4320 - Fomento à Agro industrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	49
2.3.2.2.4 - Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamentos.....	52
2.3.2.2.5 - Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	54

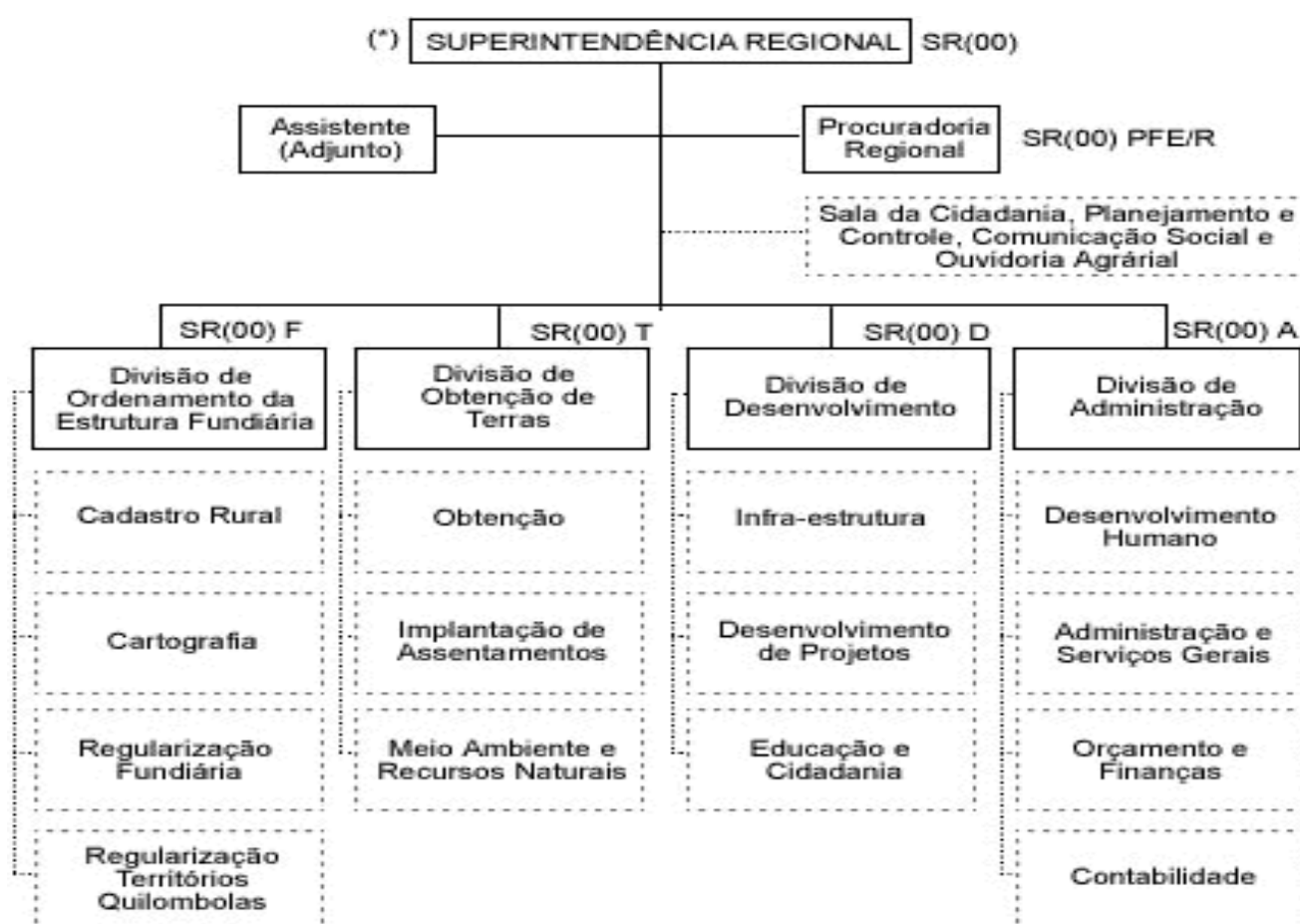
2.3.2.2.6 - Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	55
2.3.2.2.7 - Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	58
2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	61
2.3.3.1 - Dados Gerais do Programa:	61
2.3.3.2 - Principais Ações do Programa	62
2.3.3.2.1 - Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	62
2.3.3.2.2 - Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	64
2.3.3.2.3 - Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	65
2.3.3.2.4 - Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	67
2.3.3.2.5 - Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	69
2.3.3.2.6 - Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	70
2.3.3.2.7 – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	71
2.3.4 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	73
2.3.4.1 - Dados Gerais do Programa:	73
2.3.4.2 - Principais Ações do Programa	73
2.3.5 - Programa 1120 – Paz no Campo.....	75
2.3.5.1 - Dados Gerais do Programa	75
2.3.5.2 - Principais Ações do Programa	75
2.3.5.2.1 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	75
2.3.6 - Programa 1336 – Brasil Quilombola	77
2.3.6.1 - Dados Gerais do Programa	77
2.3.6.2 - Principais Ações do Programa	77
2.3.6.2.1 – Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	77
2.3.6.2.2 - Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	80
2.3.7 - Programa 1350 – Educação no Campo	81
2.3.7.1 - Dados Gerais do Programa	81
2.3.7.2 - Principais Ações do Programa	81
2.3.7.2.1 - Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	81
2.3.7.2.2 - Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	83

2.3.7.2.3 - Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	84
2.3.7.2.4 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	86
2.3.8 - Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	88
2.3.8.1 - Dados Gerais do Programa	88
2.3.8.2 - Principais Ações do Programa	88
2.3.8.2.1 - Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	88
2.3.8.2.2 - Ação 2272 - Gestão do Programa	91
2.3.9 - Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	92
2.3.9.1 - Dados Gerais do Programa	92
2.3.9.2 - Principais Ações do Programa	93
2.3.9.2.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade.....	93
2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro	96
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa.....	96
2.4.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias	96
2.4.1.2 - Programação de Despesa Corrente	96
2.4.1.3 – Programação de Despesa de Capital	96
2.4.1.4 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	96
2.4.3 - Indicadores de Desempenho Institucional	101
3- INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	110
3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	110
3.2 – Análise Crítica.....	110
4 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	111
4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	111
5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	112
5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos	112
5.1.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	113
5.1.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	113
5.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	114

5.2.2 - Constituição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010	114
5.3 – Composição do Quadro de Estagiários	114
5.4 – Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos	115
5.4.1 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009, 2010	115
5.5.2 – Contratados de Prestação de Serviço com Locação de Mão-De-Obra.....	117
5.5.3 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	118
5.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.....	119
6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU OUTROS ACORDOS.....	119
Fonte:SIAFI 2008/2009/2010.	121
7 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	123
8 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	123
9 – INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	124
9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	124
10 – INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	127
11 – INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ CLASSIFICADOS COMO “BENS DE USO ESPECIAL” , DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	129
12 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	130
12.1 – Gestão de TI da UJ	130
13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	131
15 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA	132

16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE.	135
17 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	135
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	136
18 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.	136
19 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS, CONFORME DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	137
19.1 - Demonstrações contábeis previstas na Lei no 6.404/76, incluindo as notas explicativas.	137
PARTE C – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO – SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO INCRA	138
20 - CRONOGRAMA DE LEVANTAMENTO RELATIVO À DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS ACIMA DE 10.000,000 HÁ (PORTARIA/INCRA/N.º12/2006), DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS	138
20.1 Cronograma das Atividades de Fiscalização Cadastral.....	138
21 – Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	139
21.1 – Dificuldades na Fiscalização Cadastral	139
21.2 – Ações de Mitigação para o Exercício de 2011	140
ANEXOS.....	141
Demonstrações contábeis previstas na Lei no 4.320/64, incluindo as notas explicativas.....	142
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	143

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ – SR(24)



INTRODUÇÃO

A Superintendência do INCRA no Piauí – SR(24)PI, no dever de prestar contas de suas ações à sociedade e órgãos de controle e, em cumprimento a legislação vigente, apresenta seu **Relatório de Gestão e Prestação de Contas Ordinária**, referente ao exercício de 2010, no formato definido pelas normativas da Autarquia e em estrita obediência ao que orientam e determinam a Controladoria Geral da União – CGU e o egrégio Tribunal de Contas da União – TCU.

O Relatório está dividido em dois grandes Blocos. O primeiro apresenta as estratégias gerais da Autarquia e aquelas relacionadas com a Superintendência do Piauí. No segundo Bloco, são detalhadas as ações por cada Divisão e cada Programa, tudo sob o escopo da Programação Operacional de 2010 – PO 2010 e modelos disponibilizados pelo TCU.

A elaboração do Relatório contou com a efetiva participação dos gestores e equipes e todas as Divisões da SR(24), sob a coordenação do Gabinete do Superintendente, através do setor de Planejamento e Controle.

O Relatório descortina o esforço e o resultado do trabalho de gestores, servidores e parceiros institucionais da SR(24)PI, tudo orientado pelo que estabelece o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA e definido a partir do referencial de planejamento definidor das estratégias adotadas pela atual gestão regional. Sabemos todos que ainda há um longo caminho a ser trilhado, todavia, o resultado do trabalho da Superintendência Regional do Piauí, no exercício de 2010, apresenta avanços inequívocos. Nas atividades meio, evoluiu-se na instrução e controle dos processos/contratos administrativos, se assegurou a infraestrutura e a logística para o bom funcionamento da Regional. Já nas atividades finalísticas, foram aperfeiçoados os procedimentos orientadores da ação das equipes no trabalho de campo e escritório.

Finalmente, o processo de elaboração do presente Relatório, para além da burocracia às vezes cansativa, carrega em si o pendore de uma “pedagogia da reflexão”, de um olhar mais crítico e acurado sobre a *práxis* de cada equipe, Serviço, Divisão e do conjunto da Superintendência. Retrata, finalmente, o impacto de nossa ação frente à Missão e aos Objetivos institucionais da Autarquia.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Código SIORG: 17125			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Piauí			
Denominação abreviada: SR (24)			
Código SIORG: 4146	Código LOA:		Código SIAFI: 373044
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3222 – 1553	(086) 3223 – 5860	(086) 3222- 1827
Endereço eletrônico: não há			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Odilon Araújo, 935, Cep 64.017-850, Teresina – Piauí			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei nº 1.110/70 e Decreto 6.812/09, Portaria INCRA nº 20/09			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Superintendência Regional do INCRA no Piauí		

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373002	Setorial de Contabilidade
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora 373044	Código SIAFI da Gestão 37201

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, tem como finalidades:

- a. *promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;*
- b. *promover, coordenar, controlar e executar a colonização;*
- c. *promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e*
- d. *gerenciar a estrutura fundiária do país.*

O INCRA tem como atividades centrais nos termos da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra e legislação complementar um conjunto de ações que podem ser agrupadas em três grandes segmentos:

- a. *Ordenamento da Estrutura Fundiária;*
- b. *Obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização, e*
- c. *Desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária.*

Nos termos do que estabelece o Artigo 110 do Regimento Interno da Autarquia, à Superintendência Regional do Piauí - SR(24), órgão descentralizado, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

Para o cumprimento das suas atribuições, a Superintendência esta estruturada, nos termos do que define o art. 111 do Regimento Interno da Autarquia, através do Gabinete da Superintendência, 04 (quatro) divisões e 19 (dezenove) serviços, conforme melhor se especifica:

a) Funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR(24)G:

- *Sala da Cidadania;*
- *Planejamento e Controle;*
- *Comunicação Social; e*
- *Ouvidoria Agrária.*

b) Funções vinculadas às Divisões na Superintendência Regional:

- Divisão de Administração - SR(24)A:
Desenvolvimento Humano;
Administração e Serviços Gerais;
Orçamento e Finanças; e
Contabilidade.
- Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(24)F:
Cadastro Rural;
Cartografia;
Regularização Fundiária; e
Regularização de Territórios Quilombolas.
- Divisão de Obtenção de Terras - SR(24)T:
Obtenção de Terras;
Implantação de Projetos de Assentamento; e
Meio Ambiente e Recursos Naturais.

- Divisão de Desenvolvimento - SR(24)D:
Infraestrutura;
Desenvolvimento de Assentamentos; e
Educação do Campo e Cidadania.

A estrutura organizacional da Superintendência conta ainda com uma Assistente de Gabinete, que assume os encargos de Superintendente Adjunta, além da Procuradoria Federal Especializada Regional – PFE que funciona como órgão de assessoramento.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Superintendência Regional, a luz do que estabelece o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e, guardadas as especificidades do Estado do Piauí, teve como horizonte o cumprimento da Missão Institucional e como instrumentos as seguintes estratégias de atuação:

1. Ação Territorializada, com base nos Territórios da Cidadania/Desenvolvimento;

As ações da Superintendência seguem orientação da atual gestão definidas a partir da territorialização do trabalho das equipes das áreas finalísticas, agrupadas em **11 Territórios**, tendo como referencial o Programa ***Territórios da Cidadania***, estratégia do governo federal de articulação de políticas públicas em áreas com baixo dinamismo econômico e precários indicadores sociais, bem como, dos **Territórios de Desenvolvimento**, política instituída pelo Estado do Piauí através da Lei Complementar nº 87/2007, que dialoga com os Territórios da Cidadania.

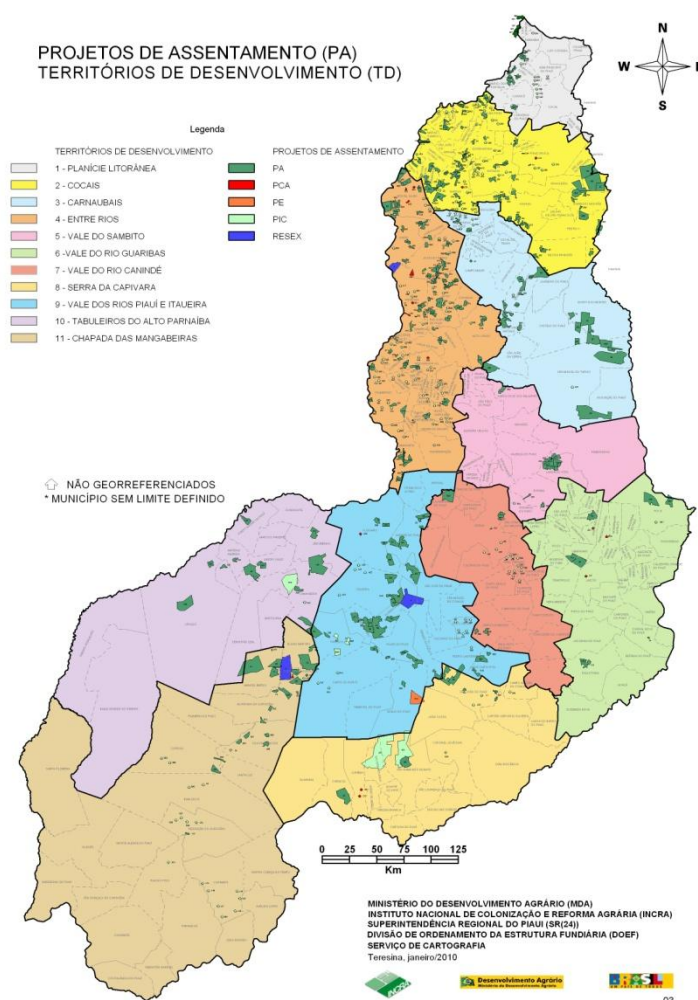


Figura 1– Mapa da Divisão Territorial do Estado do Piauí

2. Democratização do acesso a terra tendo como metas a superação dos conflitos agrários; redução da violência e promoção da paz no campo; garantia de direitos humanos e justiça social.

Ação precípua da Missão institucional da Autarquia, a democratização do acesso a terra, num Estado com elevada concentração fundiária, como ainda se verifica no Piauí, impacta diretamente no esforço de superação dos conflitos agrários ainda existentes no estado. Esse eixo, pelos seus resultados, contribui diretamente para a paz no campo, ao tempo em que assegura direitos básicos e constitucionais de cidadania e justiça social às famílias assentadas.

A política de implantação de assentamentos no Piauí apresenta uma evolução constante, sem curvas muito acentuadas. Em que pese as demandas por desapropriações, sobretudo nas regiões

Norte e Centro Norte do Estado, um dos maiores problemas fundiários do Piauí é a Regularização Fundiária de posseiros históricos, que está há várias gerações na posse dos imóveis sem, contudo, possuírem a documentação da terra.

Quadro 1- Evolução Histórica da Implantação de Assentamentos no Piauí

Ordem	Período	Total de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA-PI			Total de Assentamentos	Total de Famílias Assentadas	Área Total incluída (Em hectare)
		Federal	Estadual	Municipal			
1	Até 1985	3	-	-	3	116	49541,00
2	1986-1988	4	-	-	4	247	8641,57
3	1989-1992	6	2	-	8	525	38596,54
4	1993-1996	18	7	-	25	3192	150213,12
5	1997-2002	124	32	17	173	12589	466031,01
6	2003-2006	80	109	1	190	10832	496831,69
7	2007-2010	63	23	1	87	3721	191681,60

Fonte: SIPRA/INCRA – SR(24)

No exercício de 2010, a Superintendência do Piauí promoveu o assentamento de 1.206 famílias em 10 Projetos de Assentamento. Como consequência, deixaram de existir 10 acampamentos.

A atuação da Ouvidoria Agrária Regional, vinculada ao gabinete do Superintendente do Piauí, contribuiu para a proteção e segurança das famílias de áreas de acampamentos e daqueles posseiros históricos de imóveis onde se verificam conflitos de posse. Como resultado do trabalho da Ouvidoria e do diálogo permanente com os movimentos sociais do campo, em 2010, não se registrou mortes ou graves conflitos decorridos da luta pela terra na jurisdição do Piauí.

Em outra frente, ainda relacionado com essa estratégia, manteve-se em 2010 o apoio da Superintendência ao trabalho de **prevenção e combate ao trabalho escravo**, em parceria com o Fórum de Combate ao Trabalho Escravo, espaço que congrega um conjunto de instituições governamentais e não governamentais.

3. Qualificação dos projetos de assentamento, notadamente, no que se refere a implantação/recuperação da infraestrutura básica, social e produtiva das áreas reformadas;

Dotar os assentamentos da infraestrutura básica que assegure bem estar às famílias assentadas é uma determinação política e estratégica da atual gestão da Superintendência, tendo como objetivo central permitir às famílias a segurança necessária para viverem condignamente, com qualidade de vida, produzindo, gerando renda, tornando-se sujeitos de seu próprio destino, ao tempo em que se busca cessar o ciclo de êxodo rural que ainda é recorrente no meio rural piauiense, com isso, reduzindo também a evasão nos assentamentos.

Nessa ação, manteve-se em 2010 o esforço de implantação de obras de infraestrutura nos assentamentos, notadamente, implantação de sistemas de abastecimento de água e implantação/recuperação de estradas vicinais.

Por uma decisão do governo central, foi suprimido do orçamento do INCRA a previsão orçamentária para execução de obras de eletrificação rural. A orientação à Superintendência foi que toda a demanda de energia elétrica deveria ser repassada para execução pelo Programa Luz Para Todos. Frise-se, porém, que o Programa não conseguiu atender a contento a demanda dos assentamentos apresentada pela Superintendência.

Destaque-se que ainda resta um passivo considerável em obras infraestrutura básica em projetos de assentamento, passivo esse que vem sendo diminuído com os incrementos no orçamento destinado para obras nos assentamentos nos últimos anos.

Para exemplificar, resultado da definição estratégica da atual gestão regional os investimentos em infraestrutura nos últimos quatro anos superam todos os investimentos feitos pela Regional ao longo de sua história. Foram investidos R\$36,5 milhões em obras de abastecimento de água, eletrificação rural e implantação/recuperação de estradas vicinais. O resultado percebe-se nas mudanças na realidade dos assentamentos, onde as famílias passaram a ter melhores condições de morar e produzir condignamente nos assentamentos.

Quadro 2- Evolução dos investimentos em infraestrutura pela SR(24)PI

ANO	INFRAESTRUTURA Valor dos Investimentos (R\$1.000)
2002	1.463
2003	949
2004	2.051
2005	4.580
2006	2.040
2007	6.261
2008	7.426
2009	14.569
2010	8.281

Fonte: Planejamento e Controle – SR (24)

4. Incentivo à produção, fomento à organização das cadeias produtivas e abertura de mercados para a comercialização dos assentamentos;

Superar a barreira da produção de subsistência e modificação do padrão tecnológico e de renda nos assentamentos é uma meta continuada da Superintendência do Piauí. A partir do recorte territorial adotado, tem-se buscado potencializar os arranjos produtivos locais e territoriais, ao tempo em que se articulam parcerias para a melhoria do padrão tecnológico dos sistemas produtivos e/ou extrativistas, bem como, se viabilizam e/ou ampliam mercados para a produção, sejam mercados institucionais (CONAB, Compra Direta-SDR, Prefeituras/Merenda Escolar), ou a iniciativa privada.

A produção de oleaginosas em parceria estabelecida com a Petrobrás Biocombustível, no âmbito do Programa Nacional do Biodiesel teve alguns percalços em 2010, não logrando os êxitos obtidos em 2009. No território dos Cocais a parceria com a Petrobrás Biocombustível e a Agência de Cooperação Alemã GTZ para a produção de Girassol em assentamentos daquele território sofreu reveses em virtude de problemas climáticos e tecnológicos. Por outro lado, a parceria com a GTZ e o Movimento das Quebradeiras de Coco – MIQCB permitiu o

estabelecimento de contrato de venda da casca do coco babaçu, incrementando a renda das mulheres de áreas de assentamento.

Agregou-se ainda no Território dos Cocais a parceria com a Empresa VEGEFLOA, que permitiu a exploração sustentável do Jaborandi em áreas de assentamento daquele Território, oportunizando uma alternativa a mais de renda para as famílias assentadas.

5. Organização e modernização administrativas e melhoria das condições de trabalho e qualificação dos servidores;

A organização e modernização administrativas são ações permanentes e continuadas na estratégia da atual gestão da Superintendência. No exercício de 2010, teve continuidade o esforço de superação do passivo existente de processos pendentes de conclusão, sobretudo, Convênios pretéritos.

No exercício, foram introduzidas ferramentas de gerenciamento que permitirão maior controle, otimização de gastos e transparência nas ações da Regional, com destaque para a implantação de Banco de Dados de controle de todos os Contratos Administrativos vigentes; Banco de Informações de Tramitação de Processos de Certificação – SISCERT e Implantação de sistema de monitoramento da frota oficial de veículos com sistema GPS (Sistema de Posicionamento Global).

No segmento qualificação de pessoal, a Regional não tem governabilidade sobre tal ação e os resultados ficaram aquém do planejado. A indefinição quanto a implantação de um Programa Nacional de Capacitação e Qualificação pela Sede, deixa a Regional sem um referencial para a qualificação de seus servidores. Como os recursos são centralizados, fica-se sempre no aguardo das iniciativas da Sede.

Finalmente, destaca-se em 2010 a conclusão e inauguração da Sede Regional do INCRA no Piauí. Trata-se de reivindicação antiga dos servidores e de todo o público beneficiário das ações da reforma agrária no Piauí; afinal, são mais de 30 anos de espera. Com a nova sede, melhorou sensivelmente as condições de trabalho dos servidores, bem como, as condições de atendimento da população em geral que demanda serviços da SR(24).

6. Aperfeiçoamento e aprofundamento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão e dos processos a ela inerentes;

A internalização da prática do planejamento e a compreensão de que o monitoramento e a avaliação são atividades intrínsecas ao processo de gestão, tem sido uma constante, num processo continuado de qualificação da gestão da Superintendência.

Nesse campo destaca-se em 2010:

- Aperfeiçoamento na elaboração da programação operacional e ações a essa correlatas, a partir do diálogo com o conjunto dos servidores através de reuniões e seminários institucionais;
- Melhor utilização dos sistemas informatizados institucionais de monitoramento e controle das ações;
- Criação de instrumentos de monitoramento no âmbito da Regional, sobretudo, para o acompanhamento da aplicação de recursos do crédito instalação e de execução de obras de infraestrutura nos assentamentos, Controle de Contratos Administrativos, Controle de Processos de Certificação;
- Assinatura do Contrato de Adesão ao Programa *GESPÚBLICA*, do Ministério do Planejamento para execução em 2011;

Registre-se, todavia, existir ainda algumas resistências de um conjunto de servidores à prática continuada do planejamento e, sobretudo, de monitoramento e avaliação das ações. Ainda como

fator limitante, registra-se as indefinições quanto a operacionalização do orçamento geral da União (cortes, contingenciamento), que por vezes atropela as ações planejadas.

7. Ampliação e fortalecimento de parcerias entre as instituições governamentais e não governamentais, para a consecução da missão e objetivos institucionais;

A articulação de parcerias institucionais, sejam elas governamentais ou não governamentais, é condição *sine qua non* para a consecução da Missão Institucional, dada a complexidade do escopo das ações da Autarquia. Partindo desse entendimento, buscou-se no exercício aprofundar as parcerias já firmadas, ao tempo em que se trabalhou em novas frentes.

Nesse campo destaca-se em 2010:

- Ampliação dos Convênios com Prefeituras Municipais para o funcionamento das Unidades Municipais de Cadastro – UMCs;
- Manutenção do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Meio Ambiente do Piauí – SEMAR, para o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento;
- Manutenção do Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, para regularização fundiária de comunidades quilombolas e agricultores familiares;
- Manutenção da parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no segmento de comercialização da produção dos assentamentos de todo o estado;
- Manutenção da parceria com a Petrobrás Biocombustível no incentivo à produção de oleaginosas em áreas de assentamentos dos territórios Serra da Capivara e Cocaís;
- Manutenção da parceria com a Agência de Cooperação Alemã – GTZ, em apoio à produção de oleaginosas, aproveitamento integral do Babaçu e exploração do Jaborandi no território dos Cocaís-PI;
- Articulação com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, visando o aproveitamento integral do babaçu em áreas de assentamento, com o consequente incremento da renda das famílias assentadas.

- Articulação com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), Associação de Plantas do Nordeste (APNE) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente(SEMAR) para a implantação da ação de Manejo Florestal Comunitário em Projetos de Assentamento do Território do Vale do Sambito.
- Articulação com o Projeto do Helder Câmara e Cáritas Diocesana do município de São Raimundo Nonato-PI, que resultou na elaboração e publicação do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lagoas, com 1.498 famílias, em área de 62.000 hectares.

8. Licenciamento ambiental, como pressuposto de sustentabilidade dos projetos de assentamento.

Os pressupostos da sustentabilidade ambiental passaram a integrar em definitivo a estratégia geral na implantação e consolidação dos projetos de assentamento na jurisdição da Superintendência do Piauí. Nesse sentido, a ação de licenciamento ambiental dos assentamentos teve continuidade dentro das metas estabelecidas pela direção central e pela Superintendência e no bojo do compromisso assumido pela direção central da Autarquia perante o Tribunal de Contas da União. Digno de registro é que as metas de licenciamento definidas pela PO 2010 para a Superintendência do Piauí foram superadas em 30 %, graças ao trabalho de parceria estabelecido entre o INCRA-PI e o Órgão Ambiental Estadual.

2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 - Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(24) foram definidas tendo como escopo as seguintes estratégias de atuação:

1. Qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais.
2. Priorização pelo Serviço de cartografia das ações necessárias para a ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de

Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC, firmando-se parcerias entre o INCRA e IBGE (sistema em fase de teste);

3. Desenvolvimento de Sistema de Banco de Dados (SISCERT) para tramitação e monitoramento de todas as fases dos processos de certificação de peças técnicas de georreferenciamento de imóveis rurais.
4. Manutenção de Cooperação Técnica com o órgão estadual de terras (INTERPI) para regularização fundiária e de territórios quilombolas. Nessa ação somou-se parceria com o Projeto do Dom Helder Câmara/MDA, por meio da Cáritas Brasileira Diocesana, de São Raimundo Nonato-PI.

2.2.2 - Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A execução do Programa de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos para 2010 foi definida tendo como base as diretrizes estratégicas e operacionais estabelecidas pelo INCRA, bem como, diretrizes da Superintendência Regional – SR(24), com vistas a otimização dos recursos disponibilizados, face ao atendimento das demandas dos movimentos sociais, famílias acampadas e das organizações dos trabalhadores rurais do Piauí.

A Divisão de Obtenção de Terras da SR(24) definiu como estratégia de atuação priorizar a vistoria e avaliação de imóveis decretados de interesse social para fins de reforma agrária; daqueles com maior dimensão em termos de área, aqueles em situação de conflito e os de menor grau de complexidade, como a seguir explicitado:

- Para a realização dos levantamentos preliminares foram adotados critérios de priorização dos imóveis com maior dimensão, localizados em regiões de tensão social; aqueles com conflitos não resolvidos, independente da dimensão dos imóveis, bem como, os localizados em região de maior demanda por assentamento de trabalhadores rurais.
- As imissões de posses nos imóveis objeto de desapropriação pela SR(24) foram realizadas de acordo com a ordem cronológica do andamento dos processos, sem priorização.
- Instruções processuais (certidões e cadeias dominiais), levantamento preliminar de dados e informações, avaliações, notificações, audiências e perícias judiciais ocorreram

concomitantemente às ações de Vistoria e Avaliação, como forma de otimização dos recursos de custeio.

Cadastro e Seleção de Famílias

As ações de cadastro e seleção de famílias basearam-se nas seguintes estratégias:

- Em Projetos já criados, foram realizados cadastros para preenchimento de vagas em lotes oriundos de desistências e retomada de lotes. Utilizou-se nessa ação a estratégia de chamamento por Edital, abraçando um maior número de famílias;
- Em projetos novos, foram realizados cadastros de todos os candidatos para projetos com previsão para criação no exercício 2010;
- Em projetos estaduais reconhecidos, foram realizados cadastros apenas em projetos indicados pelo Instituto de Terras - INTERPI e em parceria com o mesmo.
- Em projetos com lotes abandonados por assentados originais, foi realizada atividade de identificação dos lotes e cadastro de novos candidatos, com procedimentos operacionais definidos em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento.

Licenciamento Ambiental

As ações de Licenciamento Ambiental foram realizadas priorizando-se a regularização das licenças de instalação e operação - LIO dos projetos antigos (com possibilidades reais de regularização) e dos projetos recém criados, bem como, a renovação de licenças ambientais vencidas.

As licenças prévias – LP foram protocoladas de acordo com o andamento dos processos de obtenção, priorizando-se o acompanhamento da emissão em função do avanço da fase processual. Todos os imóveis onde se obteve a imissão de posse no exercício 2010 obtiveram LP, sempre de forma antecipada, atendendo assim a norma vigente que condiciona a criação do Projeto de Assentamento ao licenciamento prévio.

Digno de registro é que no exercício de 2010 a Superintendência **superou as metas** definidas pela Programação Operacional – PO em 30 %.

Manejo de Recursos Naturais

As ações de manejo de recursos naturais estiveram voltadas para o fortalecimento da parceria já firmada com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR) e a articulação e estabelecimento de novas parcerias, a exemplo do Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente (SFA/MMA) e Associação Plantas do Nordeste (APNE), para atuação em projetos de assentamento situados no Território Vale do Sambito, no segmento de manejo florestal madeireiro.

Com a Cooperação Técnica Alemã – GTZ e a empresa VEGEFLORA – Extrações do Nordeste Ltda, as ações visaram a ação de manejo florestal não madeireiro (jaborandi e babaçu) em projetos de assentamento do Território dos Cocaís.

2.2.3 - Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A estratégia de atuação dessa Divisão em 2010 atendeu às recomendações do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), ao Plano Regional de Reforma Agrária do Piauí (PRRA); bem como, ao Programa Territórios da Cidadania, que visa à participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios para promoção do desenvolvimento econômico e universalização de programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse sentido, as atividades finalísticas do Programa de Reforma Agrária, sob a responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento – SR(24)/D, foram planejadas e executadas por território de desenvolvimento, através do trabalho de cinco equipes interdisciplinares, compostas por engenheiros agrônomos, assistentes sociais, economista, orientadores de projeto, técnicos e analistas em reforma e desenvolvimento agrário.

Vale destacar o esforço da Divisão em efetivar parcerias com entes públicos e privados no sentido de promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária.

2.2.4 - Divisão de Gestão Administrativa

A estratégia operacional da Divisão de Administração para o exercício de 2010, partiu do planejamento das ações visando a redução/otimização de gastos e aumento da eficiência dos serviços de suporte administrativos e da tecnologia da informação, de forma a garantir o apoio no desenvolvimento das atividades finalísticas da SR(24), além da capacitação dos servidores.

Na parte logística da Regional, no exercício, foi concluída e inaugurada a sede da Superintendência, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e melhores condições de atendimento à população demandante dos serviços da Autarquia.

No segmento gerencial, foi desenvolvido **Sistema de Banco de Dados** para gerenciamento de Contratos Administrativos da Regional, o que permitirá aos gestores acompanhar com maior grau de precisão a evolução das despesas de custeio.

Ainda no campo gerencial, foi implantado Sistema de Monitoramento por GPS (Sistema de Posicionamento Global) em toda a frota oficial de veículos da Superintendência, visando garantir maior segurança às equipes nos trabalhos de campo, bem como, melhorar e reduzir os gastos com transporte/combustível e pagamento de diárias a servidores.

Os recursos de custeio utilizados no exercício foram destinados ao pagamento dos contratos de serviços de manutenção (equipamentos de informática, telecomunicações, refrigeração e veículos) de locações (imóveis e fotocopiadora); contratos para fornecimento de passagens aéreas, energia, água, combustíveis, publicidade legal, serviços de telefonia fixa e móvel; manutenção dos contratos de pessoal terceirizado (vigilante, serviços gerais/limpeza, digitadores, operador de rede/informática, recepcionista, telefonista, operador de máquina fotocopiadora, copeira, motorista, bombeiro/eletricista).

2.3 - Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 3– Resumo da Execução Física das Ações Realizadas no Exercício

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada (un.)	1.702	1.206	70,85	*
21	631	0135	8387	A	3	Área Vistoriada (há)	60.151	36.085	59,95	*
21	631	0135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada (un)	23	30	130,43	*
21	631	0135	4460	A	3	Área Obtida (ha)	19.968	34.288	171,71	*
21	631	0135	2272	A	3	-	-	-	-	*
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida (um)	1.440	7.048	489,44	*
21	631	0137	8398	A	3	Família Atendida (um)	494	2.686	543,72	*
21	691	0137	4320	A	4	Família Beneficiada (un)	-	-	-	*
21	631	0137	4358	A	4	Documento de Titulação Expedido (um.)	531	2.089	393,40	*
0	631	0137	10YN	A	3	0	-	-	-	-
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (um)	11	0	0	*
21	631	0137	0427	A	OP	Família Atendida (un)	2.911	9.833	337,7	*
21	0	0137	2272	A	3	-	-	-	-	-
21	125	138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado (um.)	10.216	6.888	67,4	*
21	0	138	2114	0	0	Área cadastrada	-	-	-	-
21	127	138	4426	A	3	Área Medida e Georreferenciada (há)	15.625	7.813	50,0	*
21	127	138	2110	A	3	Área Regularizada (ha)	488	497	101,8	*
21	-	138	3880	-	-	-	-	-	-	-
21	-	138	8378	-	-	-	-	-	-	-
21	-	138	2272	A	3	-	-	-	-	-
21	128	139	4572	A	3	Servidor Capacitado (un)	70	66	94,2	*
21	631	1120	2109	A	3	Família Acampada Assistida (un.)	321	2.919	909,3	*

21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada (un)	-	-	-	*
21	-	1336	0859	0	0	Área Indenizada	-	-	-	*
21	366	1350	4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado (un.)	-	-	-	*
21	-	1350	6952	A	3	Profissional capacitado	-	-	-	*
21	263	1350	8370	A	3	Profissional Formado (un)	151	45	29,8	*
21	-	1350	2272	A	3	-	-	-	-	*
21	606	1427	4470	A	3	Família Assistida (un.)	578	-	-	*
21	606	1427	2272	A	3	-	-	-	-	*
21	606	0750	2000	A	3	-	-	-	-	*

Fonte: Assessoria de Planejamento da SR(24) –Relatório de Monitoramento e Avaliação 2010.

Nota 1 - * meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Nota 2 – as ações que não apresentam registro de meta física executada diz respeito às GAP que são destinadas ao aporte de recursos para custeio das atividades desenvolvidas e em outro caso são Ações que a Superintendência do Piauí não foi contemplada com recursos para execução no exercício de 2010.

2.3.1 - Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

2.3.1.1 - Dados Gerais do Programa:

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
- **Objetivos Específicos:** Promover a democratização do acesso à terra.
- **Gerente do programa:** Celso Lisboa de Lacerda.
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Paulo Gustavo de Alencar
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;
- **Público alvo (beneficiários):** Trabalhadores rurais sem-terra.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.1.2 - Principais Ações do Programa

2.3.1.2.1 - Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária
Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade
 - **Finalidade:** Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.
 - **Descrição:** Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).
 - **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda
 - **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)
 - **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 4 - Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada (un.)	1.702	1.206	70,85	*

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 5- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
236.862,00	276.862,14	234.048,07	85,0	188.802,97	69,0	187.239,23	68,4

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

No exercício de 2010, a meta estabelecida para assentamento foi de 1.702 famílias. Em função das restrições orçamentárias para aquisição de imóveis rurais de forma onerosa (desapropriação), essa meta foi dividida pela Diretoria de Obtenção do INCRA em 03 tipos de intervenções, considerando a situação jurídica dos imóveis e consequentemente dos projetos de assentamento criados: i) assentamento em terras públicas com previsão de 600 famílias; ii) assentamento em lotes recuperados (retomada de lote) com previsão de 700 famílias e iii) assentamento em terras obtidas mediante indenização (meta onerosa) com previsão de 402 famílias. Essa divisão de meta, na forma mencionada, não atendeu a proposta apresentada pela SR(24) que priorizava o assentamento de famílias, através da aquisição de imóveis rurais, via desapropriação.

Mesmo envidando todos os esforços para atender a meta prevista, o resultado alcançado ao final do exercício atingiu 1.206 famílias (70,7%), sendo 83 em terras públicas, 526 em lotes recuperados e 597 em áreas desapropriadas.

De acordo com esse resultado, observa-se que a proposta da SR(24) era mais factível, pois nos últimos 03 anos o assentamento de trabalhadores rurais em terras públicas vem apresentando uma tendência de queda, tanto pela escassez de estoque de terras pertencentes ao patrimônio do Estado, quanto pela indefinição dos processos judiciais de retomada de terras irregulares (“griladas”).

Assim, atribui-se o não cumprimento total da meta de assentamento de trabalhadores rurais, principalmente, pela “falha” na destinação de terras públicas para o Programa Nacional de Reforma Agrária, pois a SR(24) dispunha de estoque de terras no exercício de 2010 para desapropriação de mais 7 (sete) imóveis com capacidade de assentar 494 famílias (novas vagas). No entanto, os processos foram enviados para o INCRA/sede, mas não houve o lançamento de TDA's e nem a descentralização de recursos para pagamento das benfeitorias, em face de restrições financeiras do INCRA nesse Programa.

No tocante a execução financeiro-orçamentária pode-se verificar que houve uma compatibilidade do que havia sido previsto com o utilizado. O fato de ter havido uma descentralização um pouco superior ao previsto na programação operacional de 2010, foi em função de liberações ocorridas no final do exercício, mesmo sem solicitação da SR(24), quando não havia mais tempo para execução de serviços de campo.

2.3.1.2.2 - Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade
- **Finalidade:** Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.
- **Descrição:** Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 6- Execução Física da Ação realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área Vistoriada (há)	60.151	36.085	59,95	*

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 7- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
258.651,00	269.981,00	257.831,57	95,5	252.362,16	93,5	251.101,04	93,1

Fonte: Caderno de Metas – PO/2010 e Relatório SIAFI - SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação inicia o processo de obtenção de imóveis rurais para o assentamento de famílias de trabalhadores sem terra pelo INCRA.

No exercício de 2010 não foi possível atingir a meta prevista na Programação Operacional (PO), alcançando-se um percentual de execução de 59,95%. Porém, a diferença em termos de área para o alcance total da meta de vistoria e avaliação (24.066 ha) foi objeto de trabalho de campo em 2010, etapa da ação que é mais onerosa, restando para suas conclusões apenas a elaboração dos laudos agrônômicos de fiscalização e de avaliação, prevista para ser realizada no início do ano de 2011. Soma-se a isso a ocorrência de atraso na elaboração de mapas temáticos no setor de Geoprocessamento da SR(24) decorrente de dificuldades operacionais (recursos humanos), além da paralisação dos servidores, ocorrida no mês de março de 2010.

Destaque-se que foram concluídas as vistorias e avaliações (elaboração de Laudos de Avaliação e Laudos Agrônômicos de Fiscalização) que tinham sido iniciados em exercícios anteriores, resultando na finalização dessa ação em 23 processos/imóveis, totalizando uma área de 119.409 hectares.

Além da conclusão das vistorias e avaliações mencionadas, foram, ainda, iniciadas vistorias em 29 imóveis, totalizando área de 89.695,5508 hectares, sendo 16 imóveis (60.314,4879 ha) para levantamento de dados, 13 imóveis (28.246,5629 ha) para avaliação com vistas a aquisição de terras, 3 imóveis (1.134,5000 ha) avaliados para outras finalidades, além da realização de perícias judiciais em 2 imóveis (4.177,6469 ha).

No tocante a execução financeira e orçamentária, menciona-se que os recursos descentralizados foram compatíveis com os previstos na Programação Operacional, tendo os mesmos, sido na sua quase totalidade empenhados (95,5%) e pagos (93,1%). As despesas realizadas foram com serviços de vistorias e avaliações, que envolve gastos com viagens dos técnicos (diárias, combustível e serviços de terceiros), despesas com levantamento de cadeias dominiais (serviços

cartoriais) e com acompanhamento de perícias, notificação de proprietários, imissões de posses, além de reuniões e audiências públicas.

2.3.1.2.3 - Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.
- **Descrição:** Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 8- Execução Física da ação realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada (un)	23	30*	130,43	**

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Nota: * 4 licenças renovadas; **meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 9- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
201.882,00	262.016,35	229.040,74	88,0	174.278,78	67,0	174.278,78	67,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

O resultado da ação de licenciamento ambiental dos assentamentos da reforma agrária no Piauí superou em 30% a meta prevista para o exercício de 2010, ressaltando-se que das 30 licenças protocoladas 4 foram com pedidos de renovações. Soma-se a isso a quantidade de 69 licenças ambientais emitidas e 161 em vigor.

Esta ação tem uma importância significativa para a Reforma Agrária, pois contribui para a sustentabilidade ambiental dos assentamentos, reduzindo o passivo ambiental dos Projetos que estão sob a jurisdição da SR(24), além de atender aos compromissos acordados no Termo de Ajustamento de Conduta pactuado entre a SEMAR/INCRA, como também ao disposto na Resolução CONAMA nº 387/06.

Vale mencionar que o resultado dessa ação garantiu as condições ambientais exigidas para a implantação dos projetos produtivos e infraestrutura básica (água, energia, estradas de acesso) nos PA's, com a devida proteção ao meio ambiente natural e construído.

Ressalte-se, ainda, que o cumprimento da meta física foi facilitado pela parceria estabelecida com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, através do Termo de Cooperação Técnica, pelo qual foram realizadas práticas institucionais articuladas que deram maior agilidade na expedição das licenças. Soma-se a isso o desempenho da equipe técnica do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da SR(24) na execução das ações de licenciamento ambiental, definida como prioridade pela Superintendência do Piauí, com vistas a superação do passivo existente.

No que diz respeito à execução financeiro-orçamentária, conforme pode ser observado, embora a descentralização dos recursos tenha sido em montante superior ao previsto, foram empenhados 88%. Quanto ao montante aplicado, que representou 66% do valor descentralizado, se deveu ao fato da descentralização de recursos ter ocorrido, em valor significativo, apenas no final do exercício administrativo, quando não havia mais tempo hábil para aplicação integral.

2.3.1.2.4 - Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.
- **Descrição:** Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 10- Execução Física da ação realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Area Obtida (ha)	19.968	34.288	171,71	*

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 11- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
4.211.809,00	747.278,18	747.271,21	100,0	747.271,21	100,0	747.271,21	100,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação consolida o processo de aquisição do recurso fundiário para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra, através do INCRA.

A execução física desta ação superou em 71,7% a meta prevista na programação operacional de 2010. Justifica-se essa superação em função dos critérios adotados pelo INCRA/SEDE, quando do estabelecimento da meta, que levou em consideração apenas as restrições orçamentárias para aquisição de imóveis rurais sem levar em conta os estoques existentes nas Superintendências Regionais. Como a meta estabelecida, pelo INCRA/SEDE, foi baixa (19.968 há) a efetivação das imissões nas posses em nove (9) imóveis, pela SR(24), foi suficiente para superação da meta programada. Ainda assim, restaram 7 (sete) imóveis com processos prontos para a conclusão de obtenção, restando apenas a emissão de TDA's e a descentralização de recursos para indenização das benfeitorias.

A execução financeira e orçamentária desta ação, conforme já mencionado teve um valor programado relativamente baixo (R\$ 4.211.809,00), mas em virtude das restrições orçamentárias o valor descentralizado foi ainda mais reduzido (R\$ 747.278,18), reduzindo a possibilidade de avanço na aquisição de imóveis rurais pela via da desapropriação, fato este já comentado neste relatório.

2.3.1.2.5 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para

divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 12- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Quadro 13- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.632,00	33.828,94	29.049,08	85,9	29.049,08	85,9	26.269,01	77,7

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação se destina ao custeio das atividades inerentes ao Programa de Obtenção de terras, não possuindo meta física, apenas orçamentária.

Embora tenha sido destinado na PO/2010 apenas R\$ 2.632,00 para as despesas de gestão do Programa de 135 (obtenção de terras), no entanto, no final do exercício foram descentralizados R\$ 33.828,94, dos quais 85,9% foram empenhados e 77,7 % pagos.

Os recursos oriundos desta ação se destinaram ao pagamento de despesas com deslocamentos dos técnicos da SR(24) para participação de reuniões técnicas convocadas pela Direção do INCRA em Brasília e para custear despesas vinculadas aos trabalhos de vistoria, avaliação e imissão de posse de imóveis rurais, cuja concentração de trabalho ocorreu nos dois últimos meses do ano.

2.3.2 - Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

2.3.2.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
- **Objetivos Específicos:** Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.
- **Gerente do programa:** César José de Oliveira.
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Maria Teresa da Silva Sérvio
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:**
 - Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento
- **Público alvo (beneficiários):** Famílias assentadas.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.2.2 - Principais Ações do Programa

2.3.2.2.1 - Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.
- **Descrição:** Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)

• **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 14- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida (um)	1.440	7.048*	489,44	**

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota1 - * meta atingida com execução das ações prevista naPO/2010 e de exercíciosanteriores

Nota 2 - ** meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 15- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
5.897.978,00	8.280.927,57	8.280.927,57	100,00	1.622.702,44	19,59	1.622.702,44	19,59

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação visa implantar e/ou recuperar a infraestrutura básica nos projetos de assentamento rural, compreendendo obras de abastecimento de água (construção de poços, adutoras, redes de distribuição e estação de tratamento); estrada de acesso; energia elétrica (Programa Luz para Todos) e outras obras consideradas necessárias para viabilizar o desenvolvimento sustentável e as atividades produtivas das famílias beneficiárias da reforma agrária.

A meta física do exercício de 2010 previa um atendimento a 1.440 famílias, tendo sido ao final beneficiada 7.249 famílias, sendo 1.700 de obras previstas na programação operacional de 2010 e 5.548 de obras contratadas em exercícios anteriores. A execução das obras previstas no exercício de 2010 foi viabilizada em função da descentralização de recursos orçamentários em montante superior (R\$ 2.382.949,57) ao previsto na Programação. Isto ocorreu em virtude de demanda justificada pela SR(24) quanto à necessidade de atendimento de alguns Projetos de Assentamentos com obras de infraestrutura, necessárias para a fixação e sobrevivência das famílias beneficiárias de assentamentos implantados pelo INCRA, como é o caso de sistemas de abastecimento de água.

No tocante a execução das obras contratadas em exercícios anteriores (2008 e 2009) não houve

necessidade de repasse de recursos financeiros em 2010, considerando que tais obras eram provenientes de dois Convênios firmados com o Governo de Estado, sendo um com a Secretaria de Transporte - SETRANS e outro com o Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí - IDEPI, cujos recursos já haviam sido repassados. Vale ressaltar, que em decorrência da conclusão das obras neste exercício a SR(24) requereu aos convenientes o envio da prestação de contas final, o que já ocorreu, estando as mesmas em fase de análise para aprovação final.

A execução financeiro-orçamentária desta ação mostra que foram descentralizados, no exercício de 2010, recursos orçamentários no montante de R\$ 8.280.927,57, tendo sido totalmente empenhado, porém, somente R\$ 1.622.702,44 (19,59%) foram pagos. Essa situação se justifica em função da falta de repasse de recursos financeiros para SR(24) por parte do INCRA Sede.

Destaque-se, ainda, que do total de 4.300 famílias beneficiadas no exercício de 2010, 1.700 refere-se ao cumprimento da meta prevista na programação de 2010 e 2.600 é referente ao cumprimento de meta programada em exercícios anteriores. Soma-se a esse total mais 2.939 famílias (remanescentes de exercícios anteriores) que foram beneficiadas com estradas construídas/recuperadas, rede de abastecimento de água potável e 10 famílias beneficiadas com outras obras.

Vale observar que há sobreposição na contagem do número de famílias beneficiadas com obras de infraestrutura em 2010, pois, em alguns casos, uma mesma família pode ser beneficiada com mais de um tipo de obra.

2.3.2.2.2 - Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade
- **Finalidade:** Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.
- **Descrição:** Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 16- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família Atendida (um)	494	2.686	543,72	*

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 17- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
296.369,00	66.627,12	65.934,61	99,0	65.934,61	99,0	65.934,61	99,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

No exercício de 2010 a meta executada de 2.686 famílias diz respeito a 1.051 famílias beneficiadas com demarcação de lotes urbanos, executados com recursos de 2010, e 1.635 beneficiadas com serviços de topografia envolvendo lotes, perímetros, áreas de reserva legal, cujos serviços haviam sido iniciados e não concluídos no exercício anterior.

A programação feita para execução desta ação em 2010, priorizou recursos destinados a: i) elaboração de Projetos Básicos para contratação de serviços topográficos; ii) demarcação de lotes (parcelas) urbanos e, iii) acompanhamento e fiscalização de serviços topográficos contratados no ano de 2009, cujo valor orçamentário foi da ordem de R\$ 296.369,00.

Conforme pode ser observado não houve em 2010, previsão de contratação de empresas para execução de serviços de topografia. Assim, menciona-se que das sub-ações que estavam previstas para execução, apenas, a de elaboração de projetos básicos não foi realizada, em função da carência de pessoal técnico qualificado na Superintendência para executar por via direta e, também devido a não descentralização dos recursos programados. Apenas 22,4% dos recursos previstos foram descentralizados.

Como já mencionado os serviços de demarcação de parcelas (lotes urbanos) foi executada em 1.051 lotes, contemplando 24 Projetos de Assentamento, por via direta, utilizando os topógrafos do quadro do INCRA. Tal execução viabilizou aos assentados a aplicação do crédito instalação,

aquisição de materiais de construção, garantindo moradia digna e a permanência das famílias no campo.

A outra sub-ação vinculada aos serviços topográficos foi o trabalho de acompanhamento e fiscalização desenvolvido pela equipe do INCRA com vistas à conclusão e recebimento dos serviços contratados no exercício anterior (2009), cujos recursos orçamentários haviam sido inscritos em restos a pagar.

Vale destacar que na execução da ação de demarcação topográfica, algumas dificuldades foram enfrentadas, sendo a mais evidente a insuficiência de servidores habilitados para execução dos serviços, além de deficiências na logística, envolvendo carros, equipamentos de GPS e notebook..

Em face dessa situação de deficiência, uma das alternativas viáveis para a superação foi a manutenção da parceria com o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, através de Termo de Cooperação Técnica, que possibilita a SR(24) a utilização de técnicos e viaturas na execução das atividades de campo.

No tocante a execução financeira e orçamentária desta ação, em função das restrições orçamentárias, apenas 22,4% dos recursos previstos foram descentralizados, fazendo com que parte dos serviços topográficos concluídos em 2010, não tenham sido pagos. Tal situação obrigou a SR(24) a manter os empenhos inscritos em restos a pagar, com previsão de liquidação em 2011.

2.3.2.2.3 - Ação 4320 - Fomento à Agro industrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.
- **Descrição:** a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores);

sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 18- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	4	Família Beneficiada (un)	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Quadro 19- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Essa Ação não foi contemplada com meta física nem com a descentralização de recursos em 2010. A execução do **Projeto Terra Sol** é orientado pela Norma de Execução INCRA/DD Nº 76/2008. Com base na referida Norma, as propostas constantes da Programação Orçamentária do

exercício de 2010 tiveram os seguintes desdobramentos:

- i) Apoio à realização de feiras para comercialização dos produtos dos assentados – essa ação é referente à Feira da Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas – FERAPI cuja realização depende da apresentação de demanda qualificada, pelas organizações representativas de agricultores familiares assentados e quilombolas o que não ocorreu nesse exercício.
- ii) Apoio à atividade de artesanato (PA Frexeiras/Porcos) – a proposta apresentada pelo grupo de mulheres artesãs do PA Frexeiras/Porcos que produzem artesanato da palha do milho, após análise, constatou-se a necessidade de adequações ao projeto para atendimento ao normativo que rege a ação. Feitas as devidas recomendações, a proposta foi encaminhada ao grupo para posterior apresentação, não tendo sido reapresentado no tempo hábil para contratação em 2010;
- ii) Implantação de agroindústria do coco babaçu (PA São Francisco) – a proposta técnica e o projeto básico das obras de engenharia foram elaborados no final do exercício de 2010 e apresentados ao Incra Sede, mas não houve tempo hábil para a descentralização dos recursos. Em novembro, a Superintendência do Incra - PI participou de “Missão Técnica”, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), um dos coordenadores do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), para avaliação de máquinas existentes, ou mesmo protótipos, que são utilizadas para a quebra do coco babaçu, ou para o aproveitamento integral, no estado do Maranhão. Como encaminhamento da “Missão Técnica”, a EMBRAPA COCAIS apresentará resultado da análise e recomendações técnicas do tipo de maquinário mais adequado para beneficiamento do coco babaçu para as condições de produção da agricultura familiar. Dessa forma, a proposta de agroindústria do PA São Francisco será rediscutida, em 2011, com as famílias do PA São Francisco, considerando o resultado da “Missão Técnica”.
- iv) ações de apoio à inserção mercadológica e valorização da produção dos assentados (PA Faz. Lagoa/Novo Zabelê) e de Turismo Rural (PA Saco do Juazeiro) - as propostas apresentadas não foram contratadas em função de não contemplarem todas as orientações previstas na Norma de Execução INCRA/DD Nº 76/2008, bem como pela dificuldade da SR(24) de encerrar os convênios existentes e de dar início a novos convênios, atendendo a exigência de operar via Sistema de Convênio - SICONV.

2.3.2.2.4 - Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamentos

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.
- **Descrição:** a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Silvia Regina Barguil
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 20- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	4	Documento de Titulação Expedido (um.)	531	2.089*	393,40	**

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota 1- * Diz respeito à CCU's publicados;

Nota 2 - ** meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 21- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
77.053,00	77.052,00	53.693,10	70,0	38.693,10	51,0	38.693,10	51,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Em 2010 foram expedidos dois mil e oitenta e nove (2.089) Títulos de Concessão de Uso (CCU) às famílias assentadas. A titulação provisória consiste nas seguintes etapas: a) emissão do CCU pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA); b) publicação da relação dos beneficiários titulados, no Boletim de Serviço do Incra; c) celebração – assinatura pelos beneficiários e pelo Superintendente Regional; d) entrega de uma via do documento ao beneficiário e arquivamento de uma via em seu respectivo processo individual. Sendo que as duas primeiras etapas são atividades de escritório e as duas últimas acontecem no assentamento.

A emissão do CCU às famílias assentadas é pré-requisito para a aplicação do Crédito Instalação. Assim, para viabilizar a execução dessa ação, utilizou-se recurso financeiro de Gestão e Administração do Programa (GAP) 137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária e adotou-se a realização de atividades conjugadas: emissão de CCU e aplicação do Crédito Instalação, otimizando, portanto, a utilização de recurso pessoal e financeiro. Dessa superou-se, de forma significativa, a meta programada para emissão de CCU.

Por outro lado, a execução orçamentário-financeira dessa ação ficou aquém da programação, porque, além de se utilizar recurso da execução do Crédito Instalação, em alguns casos, as etapas de emissão de CCU não foram completadas, faltando ainda a entrega dos títulos publicados e assinados, aos beneficiários, o que requer investimento financeiro para viagem aos assentamentos.

Quanto a Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento não foram realizadas atividades dessa ação no exercício em questão.

2.3.2.2.5 - Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Projeto.
- **Finalidade:** Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.
- **Descrição:** a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Silvia Regina Barguil
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 22- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Quadro 23- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação não foi contemplada com meta física e nem com recursos orçamentários para o exercício de 2010. Contudo, foi elaborado um Plano de Ação para a consolidação de oito

projetos de assentamento no Piauí, com a devida destinação dos bens remanescentes dos respectivos projetos, por solicitação da Diretoria de Desenvolvimento/INCRA Sede responsável pela elaboração de um plano nacional de consolidação de assentamentos em atendimento a determinação do Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 753/2008, que apresenta recomendações referentes às ações de consolidação de assentamentos de reforma agrária em assentamentos do INCRA criados há mais de vinte anos.

2.3.2.2.6 - Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.
- **Descrição:** Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 24 -Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade Familiar de Produção Atendida (um)	11	0	0	*

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 25-Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
27.477,00	77476,50	67.155,48	86,6	50.537,42	65,2	50.537,42	65,2

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

O Indicador de cumprimento de meta para a ação de manejo de recursos naturais é a quantidade de projetos de recuperação contratados. Com esse propósito, foram adotadas iniciativas voltadas para o fortalecimento de parcerias, iniciadas em 2009, com o Serviço Florestal Brasileiro (SFA/MMA), com a Associação de Plantas do Nordeste (APNE) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAR). Desse modo, foram realizadas reuniões de planejamento conjunto onde se elaborou um plano de ação institucional, visando a implementação articulada do manejo florestal em assentamento do Piauí, através do Programa de Manejo Florestal Comunitário, desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro. Seguindo-se esse Plano de Ação, foram realizadas as seguintes atividades: i) visitas de campo em 08 comunidades de Assentamento, situados no semi-árido piauiense, visando a mobilização e sensibilização das famílias para a ação; ii) levantamento da situação ambiental dos assentamentos visitados; iii) elaboração e apresentação de projetos técnicos para concorrer na Chamada Pública nº 03/2010 SFB/MMA.

Como resultado desse trabalho foi realizado uma seleção, através de Chamada Pública, em 04 Projetos de Assentamentos para serem contemplados com a elaboração de Planos de Manejos Florestais Sustentáveis e com Assistência Técnica, pelo período de 2 anos, dependendo apenas da realização de processo de licitação para a contratação desses serviços. Porém, o edital lançado pelo MMA com este objetivo, em dezembro de 2010, foi cancelado em função de falhas de procedimento, ocasionando o adiamento da contratação dos projetos para o ano de 2011.

Também foi estabelecida parceria entre o INCRA com a Cooperação Técnica Alemã – GTZ e a empresa VEGEFLORA – Extrações do Nordeste Ltda, visando o manejo florestal sustentável não madeireiro em projetos de assentamento. Nesse sentido, realizaram-se visitas de campo, levantamento e avaliação florestal conjuntas para a identificação de áreas de assentamento com incidência de jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf). Resultou dessas atividades a elaboração de 02 (dois) Planos de Manejo Florestal não Madeireiro dos assentamentos Genipapeiro e Olho D'Água do Cercado, localizados no município de Luzilândia, para a organização do processo de colheita e comercialização do jaborandi. Os referidos planos foram apresentados ao INCRA, para providências administrativas junto ao órgão ambiental competente com prévia análise pela equipe técnica do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da SR(24), a quem cabe a verificação da documentação apresentada. Importante registrar que a Instrução Normativa/Incra nº 61, de 07 de abril de 2010, que estabelece os critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento, foi revogada; e, somente em 31 de dezembro de 2010, foi publicado novo normativo, a IN/INCRA Nº 65. Atendidos todos os requisitos normativos, os Planos de Manejo do Jaborandi, serão implementados nos respectivos assentamentos, no exercício de 2011.

Outra iniciativa direcionada para a execução da ação de manejo de Recursos Naturais foi a realização de atividade conjunta da Gerência Ambiental do INCRA e da CODEVASF, em 02 Projetos de Assentamentos situados no Município de São João do Piauí, por uma equipe de Engenheiros Florestais dos dois Órgãos, voltada para o levantamento da situação ambiental desses, na perspectiva de se iniciar trabalho de recuperação de áreas degradadas. Como ação direta da equipe técnica da Gerencia Ambiental da SR(24) foi elaborado projeto de recuperação da reserva legal do PA Riacho do Mato e de utilização sustentável dos Projetos de desenvolvimento sustentável Pé da Serra, situado no território Serra da Capivara. Porém, não houve contratação para a execução do projeto de recuperação ambiental, por falta de descentralização de recursos solicitados, mesmo dentro dos limites orçamentários programados.

Ressalte-se que todas essas atividades foram realizadas com a utilização da dotação orçamentária-financeira prevista na PO 2010, o que justifica o percentual pago de 66% dos recursos disponibilizados.

2.3.2.2.7 - Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Operações Especiais.
- **Finalidade:** Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.
- **Descrição:** Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-árido Brasileiro.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 26- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	A	OP	Família Atendida (un)	2.911	9.833*	337,7	**

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Nota 1 – * meta realizada envolvendo ações da PO/2010 e de exercícios anteriores

Nota 2 - ** meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 27- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
23.300.014,00	27.312.800,00	27.176.800,00	99,5	3.165.400,00	11,6	3.165.400,00	11,6

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Na execução financeiro-orçamentária a provisão recebida foi de R\$ 27.312.800,00, superior em R\$ 4.012.786,00 em relação ao programado, que era R\$ 23.300.014,00. Do total descentralizado, foi possível empenhar o montante de R\$ 27.313.000,00, o que representou 99,5 %.

No entanto, em relação à liquidação dos empenhos foi possível efetivar, apenas 11,6%. Tal fato ocorreu em função da não descentralização dos recursos financeiros para esta SR(24) no exercício de 2010, fazendo com que houvesse necessidade de inscrição dos recursos empenhados e não liquidados em restos a pagar, o que deverá prejudicar a execução física para o próximo exercício, tendo em vista que os recursos só são descentralizados após o primeiro quadrimestre do ano, retardando o atendimento aos assentados que aguardam com ansiedade os benefícios gerados com esses créditos.

Em relação à execução física da ação, no exercício de 2010, a SR(24) apresenta resultado bem superior ao previsto na PO/2010 que era de 2.911 famílias. Foram beneficiadas 6.922 famílias a mais, distribuídas nas várias modalidades: foram pagos 2.533 créditos para aquisição de material de construção, 2.888 créditos de apoio inicial, 3.204 créditos para reforma de construção, 1.208 créditos semi-árido e 173 créditos fomento. Registre-se que nessa contagem estão inclusas famílias beneficiadas com mais de um tipo de crédito.

Tal situação de superação se explica em função da prioridade dada pela SR(24), em 2010, para a conclusão dos processos de concessão de crédito com recursos de exercícios anteriores, já depositados nas contas das Associações dos Projetos de Assentamentos do INCRA. Dentre esses processos, alguns se encontravam parados devido a necessidade de complementação dos valores dos créditos ajustando-os aos novos valores, definidos por Instrução Normativa do INCRA para cada modalidade. Também contribuiu para o atraso na execução dos créditos a falta de disponibilidade financeira do INCRA.

Resultou desse desempenho, em 2010, a conclusão da construção de 2.312 casas e a recuperação de 3.204 casas. O pagamento do crédito possibilitou também a aquisição de máquinas e ferramentas de trabalho, bens de produção, cestas de alimentos, etc., proporcionando melhores condições de vida aos trabalhadores rurais assentados pelo INCRA no Piauí.

2.3.2.2.8 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade

- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 28- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0137	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas – PO/ 2010 e Relatório SIAFI – SR(24), Dezembro, 2010

Quadro 29- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
659.883,00	874.699,58	862.098,89	98,5	835.488,25	95,5	834.567,16	95,4

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Para esta ação foram descentralizados recursos em 2010 no montante de R\$ 874.699,58, valor superior ao previsto na Programação Operacional que era de R\$ 659.883,00. Os recursos

recebidos foram empenhados no percentual de 98,5% e foram aplicados em valor correspondente a 95,4%.

A aplicação destes recursos se destinou ao custeio dos serviços de acompanhamento de projetos de assentamento; acompanhamento e fiscalização da aplicação do Crédito Instalação, juntamente com a assinatura de CCU; elaboração de projetos básicos; fiscalização de obras; levantamento de demandas; participação em reuniões; acompanhamento e fiscalização de ações do PRONAF A e supervisão de lotes (NE/INCRA/Nº47).

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

2.3.3.1 - Dados Gerais do Programa:

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo
- **Objetivos Específicos:** Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.
- **Gerente do programa:** Luciméri Salivon
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Rommel Carvalho Brito
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.
- **Público-alvo (beneficiários):** Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.3.2 - Principais Ações do Programa

2.3.3.2.1 - Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.
- **Descrição:**
 - Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
 - Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
 - Qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
 - Fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
 - Produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
 - Geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social;
 - Base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Luciméri Selivon
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 30- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado (um.)	10.216	6.888	67,4	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 31- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
91.944,00	100.943,94	84.525,61	83,7	82.615,81	81,8	82.615,81	81,8

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

O cadastramento do imóvel rural é uma iniciativa do proprietário, portanto, não há uma previsão exata da quantidade de atualizações cadastrais a serem realizadas por ano, trabalhando-se, sempre, por estimativa.

Historicamente, a SR(24) sempre vinha conseguindo realizar, anualmente, algo em torno de 5.000 atualizações cadastrais, sendo esta a meta normalmente proposta pela Superintendência quando da elaboração da Programação Operacional Anual.

Vale ressaltar que esta ação, foi a única inserida na PO/2010 da SR(24) que houve acréscimo de recursos orçamentários, quando da reprogramação ocorrida em detrimento da publicação do Decreto do Governo Federal nº 7.144/10 que estabeleceu o corte nos recursos orçamentários destinados ao INCRA. O valor dos recursos aprovados na PO/2010 era no montante de R\$ 77.128,00, para uma meta de 8.569 atualizações cadastrais. Após o Decreto, os recursos foram aumentados para R\$ 91.944,00, havendo, também um acréscimo na meta, passando para 10.216.

Assim, considera-se que o cumprimento parcial (67,4%) da meta de 2010 se justifica devido a mesma ter sido superestimada, considerando as condições operacionais restritivas vigentes no setor de cadastro da SR(24), tais como: i) pouco empenho das Prefeituras Municipais no funcionamento das Unidades Municipais de Cadastro – UMC's; ii) concentração de capacitação de novos responsáveis das UMC's apenas no quarto trimestre do ano; iii) demora nas publicações dos Termos de Cooperativa Técnica – TCT com as Prefeituras Municipais parceiras sendo intensificado somente nos dois últimos meses do exercício, com previsão de resultado prático somente no exercício de 2011; e iv) redução do quadro de servidores em face de aposentadoria e número reduzido de digitadores no setor, ocasionando acúmulo de atualizações analisadas e não transcritas na base do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

2.3.3.2.2 - Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.
- **Descrição:** Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Luciméri Selivon.
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 32- Execução Física da ação realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Percentual da Meta realizada (h = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 33- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010.

Os recursos destinados a esta ação ficam centralizados no INCRA/SEDE em Brasília. Desta forma, não houve previsão e nem execução de meta física e nem de recursos orçamentários para a SR(24), no exercício de 2010.

2.3.3.2.3 - Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.
- **Descrição:** Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e

Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Marcelo José Pereira da Cunha
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 34 - Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	4426	A	3	Area Medida e Georreferenciada (há)	15.625	7.813	50,0	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 35- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
234.375,00	171.639,74	121.215,32	70,6	121.215,32	70,6	121.215,32	70,6

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta é uma ação indispensável para o gerenciamento da estrutura fundiária do país e consequentemente do Estado do Piauí, tendo em vista possibilitar a identificação dos limites reais das propriedades rurais, o que dar garantia aos proprietários das suas legalidades sob o ponto de vista territorial.

No exercício de 2010, foi realizado o Georreferenciamento de 7.812,8927 hectares de terras públicas estaduais, beneficiando 400 imóveis de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, no município de Campinas do Piauí, nas datas Campo Grande e Castelo, região do semi-árido piauiense, representando uma execução física de 50% em relação à meta prevista na PO/2010.

Vale ressaltar que o não atingimento da meta pode ser justificado em função da redução da equipe técnica do setor de georreferenciamentos da SR(24) no exercício de 2010, em razão da convocação feita pelo INCRA sede (portaria da presidência do INCRA nº. 446, de 12 de julho de 2010) para deslocamento de alguns servidores para atuar como fiscais de contratos de serviços de georreferenciamentos executados pela Superintendência Nacional de Regularização da Amazônia Legal, além de deslocamento de servidor para compor força-tarefa em outra Superintendência do INCRA (SR-13).

Considere-se que mesmo contando com apenas 2 servidores para atender a demanda do setor, foi possível realizar, ainda, em 2010, certificações de 176 imóveis rurais.

Em termos de organização e estruturação do setor, com vistas a dar celeridade e garantir qualidade nos serviços de certificações realizados pelo INCRA, foi criado na SR(24), no exercício de 2010, um banco de dados, denominado Sistema de Certificação – SISCERT que cadastra e registra a movimentação dos processos de certificações dos imóveis rurais protocolados na SR(24). Além do mais, foi dada continuidade na parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conseguindo-se ampliar a Rede Geodésica Ativa, disponibilizando a Base Comunitária GPS instalada no município de Teresina - PI, que se encontra em fase de teste.

Quanto a execução financeira-orçamentária desta ação destaca-se que houve a descentralização de 70,6% dos recursos orçamentários programados, os quais foram empenhados e pagas despesas com os serviços da atividade de georreferenciamento dos imóveis rurais executados em 2010.

2.3.3.2.4 - Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.
- **Descrição:** Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 36- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	2110	A	3	Imóvel Regularizado	488	497	101,8	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 37- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
200.000,00	198.071,56	198.071,56	100,0	198.071,56	100,0	195.593,56	98,7

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

A execução dessa ação visa regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de título de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário, cujo conhecimento permite o planejamento e a proposição de políticas públicas locais como o crédito rural e a assistência técnica.

No Piauí, as terras públicas pertencem ao patrimônio do Estado, cujo órgão com atribuições para realizar o trabalho fundiário é o Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, que possui estrutura técnica, administrativa e financeira insuficiente para desenvolver trabalho de certa magnitude, nesta área. Em função disto, a SR(24) decidiu em 2010 dar continuidade com a parceria até então existente, através de Termo de Cooperação Técnica, objetivando somar esforços com o Governo do Piauí na solução dos problemas de legalidade das posses das terras que são vigentes em algumas regiões do Piauí, afetando diretamente os trabalhadores rurais que se encontram na posse da terra.

No exercício de 2010, foi realizada através desta ação, a regularização fundiária de 9.655,8927 hectares de terras públicas estaduais, beneficiando 497 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, no município de Campinas do Piauí (datas Campo Grande e Castelo), região do semi-árido do Estado, representando uma execução física de 101,8 % em relação à meta prevista na PO/2010, proporcionando segurança jurídica e acesso às políticas públicas para as famílias beneficiadas.

Vale ressaltar que por iniciativa da SR(24) nos dias 16 e 17 de setembro de 2010, em parceria com a Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrária e o INTERPI foi promovido o Seminário “*Regularização Fundiária e Articulação de Parcerias Para as Ações do Programa*” com apresentação da experiência da SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA e do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, objetivando buscar alternativas de estratégias com vistas ao aprimoramento e dinamização do processo de regularização fundiária no Piauí.

Em termos de execução financeiro-orçamentário, os recursos previstos na PO/2010 foram na sua quase totalidade (99 %) descentralizados, tendo sido estes totalmente empenhados e aplicados nas ações de regularização fundiária.

2.3.3.2.5 - Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação:

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.
- **Descrição.** Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 38- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Percentual da Meta realizada (h = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 39- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Os recursos destinados a esta ação ficaram centralizados no INCRA/SEDE em Brasília. Devido à prioridade do Governo Federal em solucionar questões fundiárias na Amazônia Legal, esses recursos foram destinados na sua quase totalidade para essa região. Por essa razão, a SR(24) não foi contemplada com meta física e nem com recursos orçamentários, no exercício de 2010.

2.3.3.2.6 - Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação;

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.
- **Descrição.** Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Márcio Marrek Berbigier
- **Unidades executoras:** Superintendências Regionais
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 40– Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Percentual da Meta realizada (h = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 41- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Os recursos destinados a esta ação ficaram centralizados no INCRA/SEDE em Brasília. Devido à prioridade do Governo Federal em solucionar questões fundiárias na Amazônia Legal, esses recursos foram destinados na sua quase totalidade para essa região. Por essa razão, a SR(24) não foi contemplada com meta física e nem com recursos orçamentários, no exercício de 2010.

2.3.3.2.7 – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para

divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Richard Martin Tersiano
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 42- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realiza da (g)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 43- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
38.644,00	110.359,95	89.317,14	80,9	76.017,14	68,8	76.017,14	68,8

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação se destina ao custeio das atividades inerentes ao Programa de Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, não possuindo meta física, apenas orçamentária.

Na Programação Operacional de 2010, os recursos aprovados para esta ação foram de apenas R\$ 38.644,00. No entanto, foi descentralizado o montante de R\$ 89.317,14, dos quais 85,1% foram empenhados, liquidados e pagos.

A aplicação desses recursos foi com despesas realizadas na execução dos serviços inerentes ao Programa de Ordenamento Fundiário e outras atividades que envolveram técnicos do setor, tais como: participação de técnicos da SR(24) em reuniões convocadas pela Direção do INCRA; participação no Encontro Nacional de Certificação; participação no Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – COBRAC; participação de técnicos na composição de força tarefa de fiscalização de contratos de serviços de georreferenciamento, executados pela

Superintendência Nacional de Regularização da Amazônia Legal; participação de técnicos na composição de força tarefa de análise de processos de certificação na SR -26; além desses custos, foram aplicados recursos na aquisição de baterias de GPS. e na manutenção e uso de frota de veículos de propriedade do INCRA.

2.3.4 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

2.3.4.1 - Dados Gerais do Programa:

- **Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas
- **Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
- **Objetivos Específicos:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.
- **Gerente do programa:** Ronaldo Alves de Sousa.
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Deuzimar Brito
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** não tem.
- **Público-alvo:** Servidores.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.4.2 - Principais Ações do Programa

2.3.4.2.1 – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

- **Coordenador nacional da ação:** Ronaldo Alves de Souza.
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 44- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	139	4572	A	3	Servidor Capacitado (un)	70	66	94,2	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 45-- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
66.290,00	103.316,74	98.039,19	94,8	93.811,19	90,7	93.632,09	90,6

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Esta ação visa dotar os servidores de competências técnicas e operacionais para a melhoria do desempenho das suas atividades desenvolvidas no INCRA no âmbito da SR(24).

No exercício de 2010, foram contemplados com cursos, treinamentos, participações em reuniões técnicas e outros encontros similares de capacitação 66 servidores da SR(24), atingindo uma execução de 94,2% da meta prevista que era de 70. A participação desses servidores em atividades e eventos de capacitação totalizou 1.994 horas/aulas.

Quanto a execução financeiro-orçamentária, observa-se que esta ação recebeu recursos em montante superior ao previsto na PO/2010. Porém do total descentralizado 94,8 % foram empenhados e 90,6% liquidados e pagos. A justificativa para a descentralização e aplicação de recursos em montante superior ao programado foi devido ao custo do curso de capacitação em SINCONV, de abrangência regional, realizado em Teresina, com recursos transferidos para a SR(24), que contou com a participação de servidores de outras Superintendências Regionais.

2.3.5 - Programa 1120 – Paz no Campo

2.3.5.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.
- **Objetivos Específicos:** Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.
- **Gerente do programa:** Gercino José da Silva Filho.
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Stênio de Sousa Vieira
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.
- **Público-alvo (beneficiários):** Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.5.2 - Principais Ações do Programa

2.3.5.2.1 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Ação orçamentária
- **Finalidade:** Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.
- **Descrição:** a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida

e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Nilton Bezerra Guedes
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 46- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família Acampada Assistida (un.)	321	2.919 *	909,3	**

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota 1 : * diz respeito ao número de famílias beneficiadas bimestralmente com distribuição de cestas básicas.

Nota 2 - ** meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 47- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
30.750,00	79.100,00	67.789,58	85,7	67.789,58	85,7	66.937,28	84,6

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

A execução da ação de Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, feita pela SR(24) em 2010, teve resultado bem superior ao programado, pois atendeu 2.919 famílias acampadas com fornecimento bimestral de cesta básicas de alimentos, além do atendimento de algumas famílias com distribuição de lonas e com abastecimento d'água. A superação do atendimento da meta física foi possível em função da descentralização de recursos orçamentários em montante bem superior (R\$79.100,00) ao previsto na PO/2010 que era de apenas R\$ 30.750,00. Dos recursos descentralizados 85,7 % foram empenhados e liquidados e 84,6% foram pagos.

Vale destacar que o bom desempenho dessa ação é também creditado às parcerias firmadas com alguns órgãos, destacando-se dentre elas, a Companhia Nacional de Abastecimento –

CONAB/PI, que ajudou no transporte para a entrega das cestas de alimentos, bem como atuação do Comitê Gestor de Segurança Alimentar para Grupos Específicos.

2.3.6 - Programa 1336 – Brasil Quilombola

2.3.6.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.
- **Objetivos Específicos:** Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.
- **Gerente do programa:** Givânia Maria da Silva
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Rommel Carvalho de Brito
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.
- **Público-alvo (beneficiários):** População de comunidades remanescentes de Quilombos.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.6.2 - Principais Ações do Programa

2.3.6.2.1 – Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Projeto.
- **Finalidade:** Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

- **Descrição:** Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 48- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade e Titulada (un)	-	-	-	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota; * não há meta definida ainda em função do corte ocorrido no orçamento do governo federal.

Quadro 49- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
244.063,00	303.178,00	213.363,22	70,3	212.231,78	70,0	212.231,78	70,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

O indicador de resultado desta ação é comunidade titulada. Para o seu alcance é necessário desenvolver várias etapas de trabalho, sendo uma das principais a elaboração do Relatório Técnico de Identificação das famílias Quilombolas - RTID que demanda certo tempo para sua conclusão, finalizando o processo com a indenização e titulação das áreas destinadas às famílias selecionadas.

A proposta feita pela Superintendência Regional do INCRA no Piauí na Programação Operacional de 2010, não previa titulação de comunidade, mas contemplava a publicação de dois RTID com recursos orçados em R\$ 299.800,00, porém quando do contingenciamento e corte de recursos, feito pelo Governo Federal no orçamento do INCRA, através do Decreto 7.144/10,

houve uma redução do montante dos recursos que passou para R\$ 244.063,00, além do mais houve, também, a retirada da meta de publicação de RTID, no exercício.

Com base nessa realidade, no exercício de 2010 não foi dado início a elaboração de nenhum RTID. A execução desta ação foi concentrada na elaboração e conclusão de Relatórios pendentes que haviam sido iniciados em exercícios anteriores, priorizando comunidades com áreas maiores e com registro de um maior número de famílias. Como resultados, foram publicados dois Relatórios no final do exercício, o da comunidade Lagoas em São Raimundo Nonato e o de Tapuio em Queimada Nova, este finalizado desde o exercício de 2009.

Registra-se, ainda, que a publicação do Relatório da comunidade Riachos dos Negros, também remanescente de exercício anterior, embora concluído, não foi possível sua publicação em 2010, pois ainda se encontra em análise na Procuradoria Federal Especializada - PFE desta SR(24). Quando publicado o Relatório desta comunidade, a SR(24) terá um quantitativo de área a ser beneficiado com esta ação que supera 100 mil hectares, contemplando aproximadamente 2.000 famílias quilombolas e mais de 900 proprietários ou posseiros não-quilombolas.

Durante a execução desta ação algumas limitações foram observadas, tais como: quadro técnico reduzido, que tem causado maior impacto negativo na ação; a demora na tramitação dos processos, em alguns casos por má instrução dos mesmos, o que importaram na revisão de peças e aumento do tempo despendido com a atividade. Por fim, registra-se a limitação quanto a disponibilidade de transporte para execução dos trabalhos de campo, aliado a grande extensão territorial do Piauí, situação que poderia ser agravada se não fosse o grande esforço empreendido pelos gestores em busca de melhorias nas condições de trabalho.

Para minimizar essas limitações foi encaminhada em dezembro de 2010 proposta para contratação de relatórios antropológicos em onze comunidades com processo aberto e que tenham certidões de auto-reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares – FCP. Caso seja efetivada essa contratação, haverá um aumento significativo na publicação de RTID's anualmente.

Por fim, registra-se que a conclusão e publicação dos Relatórios, somente ocorreram porque houve a cooperação técnica do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, e envolvimento de outros servidores do INCRA/PI, lotados na cartografia, cadastro e certificação, que com seus conhecimentos e experiências potencializaram as ações da equipe que compõe o serviço Quilombola na SR(24).

2.3.6.2.2 - Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Operações Especiais.
- **Finalidade:** Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.
- **Descrição:** Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 50- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	1336	0859	-	-	-	-	-	-	*

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Quadro 51- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Não foi prevista meta física e nem recursos orçamentários para esta ação em 2010, em virtude do estágio de execução das ações de reconhecimento de comunidades quilombolas no Estado do Piauí, para fins de titulação das comunidades.

2.3.7 - Programa 1350 – Educação no Campo

2.3.7.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
- **Objetivos Específicos:** Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.
- **Gerente do programa:** César José de Oliveira.
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Maria Teresa da Silva Sérvio
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrários não alfabetizados.
- **Público-alvo (beneficiários):** Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DF; SR-29/MS; SR-30/SANTÁREEM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.7.2 - Principais Ações do Programa

2.3.7.2.1 - Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-

lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

- **Descrição:** Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida do Santos
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 52- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado (un.)	0	0	0	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 53- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Não foi prevista meta física e nem recursos orçamentários para esta ação em 2010, tendo em vista não haver demanda apresentada pelos movimentos sociais do campo, condição necessária para a sua execução, conforme orientação das diretrizes operacionais do PRONERA. Isso ocorreu pela dificuldade de atendimento às alterações na execução do Programa, geradas pela elaboração de novas normativas.

2.3.7.2.2 - Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.
- **Descrição:** Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento

e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 54- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Percentual da Meta realizada (h = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i = g/f)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório de monitoramento INCRA/SIR, Dezembro, 2010

Quadro 55- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Não foi prevista meta física e nem recursos orçamentários para esta ação em 2010, tendo em vista não haver demanda apresentada pelos movimentos sociais do campo, condição necessária para a sua execução, conforme orientação das diretrizes operacionais do PRONERA. Isso ocorreu pela dificuldade de atendimento às alterações na execução do Programa, geradas pela elaboração de novas normativas.

2.3.7.2.3 - Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a

produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

- **Descrição:** Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 56- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	236	1350	8370	A	3	Profissional Formado (un)	151	45	29,8	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 57- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
375.287,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

A ação de Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, tem caráter plurianual. As metas física e orçamentária apresentadas no Caderno de

Metas da PO 2010 foram executadas parcialmente.

A meta prevista na PO/2010 de 151 alunos não pôde ser atingida em função da permanência da decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão 2.653/08, que determinou ao INCRA a não celebração de novos convênios no âmbito do PRONERA, e das dificuldades no atendimento das exigências estabelecidas pela Norma de Execução/Incra/DD Nº. 73 de 30 de maio de 2008, que suspendeu o pagamento de bolsas com recursos do Programa.

A meta realizada em 2010 foi a de formação de 45 profissionais no Curso Técnico em Agropecuária (Convênio INCRA/SEDUC nº 54380.003014/2004-19), ocorrida em janeiro de 2010, com a execução da etapa final do convênio sendo viabilizada com recursos disponibilizados pela Conveniente, devido a suspensão de pagamento de bolsas para professores e alunos do PRONERA, pelo INCRA, conforme Norma de Execução Nº 73/2008.

No tocante aos recursos orçamentários, o montante previsto na PO/2010 de R\$ 375.287,00, não foi descentralizado, tendo em vista a situação impeditiva de execução da ação, conforme já mencionado anteriormente.

Encontra-se em execução o Curso de Graduação em Artes, que havia iniciado em 2010 com 40 alunos, tendo ocorrido desistências, passando para 37 alunos. Este curso está sendo executado pela Universidade Federal do Piauí, cujos recursos estão sendo repassados através de destaque orçamentário, tendo sido repassado em 2010 a terceira parcela, no montante de R\$ 174.256,00, para fazer face às despesas com a quarta e quinta etapa do referido curso.

Na execução desta ação, identifica-se como principal problema a desistência de muitos alunos em virtude do atraso na execução das atividades previstas, principalmente em função das alterações contidas na Norma de Execução/Incra/DD Nº. 73/ 2008 que suspendeu o pagamento de bolsas para alunos e professores. Dentre os aspectos positivos destacam-se o interesse dos estudantes com as atividades do curso; atividades práticas direcionadas aos potenciais locais; dedicação dos professores e o impacto positivo resultante da formação destes técnicos para o desenvolvimento das áreas de assentamento.

2.3.7.2.4 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade

- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;
- promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 58- Execução Física da ação realizada pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2010 (f)	Meta realizada (g)	Percentual da Meta realizada (h = g/f)	Meta a ser realizada em 2011 (i = g/f)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Quadro 59- Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
30.000,00	25.355,00	16.559,34	65,3	15.059,34	59,3	15.059,34	59,3

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Devido à natureza desta ação, não há meta física prevista. No tocante aos recursos orçamentários aprovados na PO/2010, foram descentralizados valores inferiores ao programado. Dos recursos

recebidos, 65,3 % foram empenhados e 59,3 % foram pagos. A baixa aplicação dos recursos se justifica em função do baixo desempenho físico da ação, ocorrida devido a paralisação de atividades pelos motivos já mencionados. As principais despesas custeadas com esta ação foram: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); manutenção e uso de frota veicular, para viabilizar a participação de servidores em reuniões; visitas e acompanhamento das atividades ainda em execução.

2.3.8 - Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

2.3.8.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Finalístico.
- **Objetivo Geral:** Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.
- **Objetivos Específicos:** Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.
- **Gerente do programa:** Vinicius Ferreira de Araújo
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Maria Teresa da Silva Sérvio
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.
- **Público-alvo (beneficiários):** Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**
Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.8.2 - Principais Ações do Programa

2.3.8.2.1 - Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade
- **Finalidade:** Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de

assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

- **Descrição:** Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo
- **Unidades executoras:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí – SR(24)
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 60- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família Assistida (un.)	578	0	0	*

: Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 61 - Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
578.081,00	2.000,00	2.000,00		2.000,00		2.000,00	0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI, Dezembro, 2010

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), criada em 2004, foi implementada no Piauí no exercício administrativo de 2006, em parceria com empresas privadas de assistência técnica, organizações não governamentais e governamentais (EMATER), mediante convênios plurianuais. No entanto, desde de 2007 esta ação não vem sendo executada pela SR(24), em razão de encerramento de alguns Convênios e suspensão de outros, baseados em pareceres da Procuradoria Jurídica Especializada – PFE desta Superintendência.

Como pode ser observado, no exercício de 2010 não houve execução da meta prevista na Programação Operacional da SR 24(24). Tal fato justifica-se em virtude das alterações no Programa de ATES por força da criação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (Lei de ATER), que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, cuja regulamentação só aconteceu em junho de 2010, através do Decreto 7.215/2010.

Esse intervalo de 5 meses entre a criação da Lei e sua regulamentação impossibilitou a Superintendência do Piauí de executar a ação. Depois de disponibilizados os normativos legais foi possível viabilizar os procedimentos administrativos para a realização da Chamada Pública 01/10, objetivando a contratação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES para 10.591 famílias assentadas. Tal Chamada foi publicada no Diário Oficial da União em 26/11/2010. Destaque-se que dos 24 lotes lançados, foram apresentadas propostas apenas para 07 deles. Entretanto, analisadas as propostas apresentadas nenhuma foi aprovada pelo não atendimento aos requisitos exigidos no Edital.

Desta forma, não houve descentralização de recursos para esta ação em 2010, exceto o valor de R\$ 2.000,00 utilizados em despesa inerentes a publicação do Edital de Chamada Pública.

2.3.8.2.2 - Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade.
- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE
- **Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Quadro 62- Execução Física da Ação Realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	2272	A	3	0	0	0	0	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24) – 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 63- Execução Financeiro-orçamentária da Ação Realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
69.177,00	87.466,98	77.820,33	88,9	77.018,06	88,0	77.018,06	88,0

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Os recursos descentralizados para esta ação foram em montante superior ao previsto na PO/2010, tendo sido empenhado 88,9% e aplicado 88,0% do que foi liberado para a SR(24). Embora não tenha havido execução da ação de ATES em 2010, no entanto justifica-se a aplicação desse montante de recursos em gastos com diárias, suprimento de fundos e passagens de servidores, em atividades voltadas para viabilizar a realização de Chamada Pública, com treinamento e capacitação dos asseguradores do Programa referente a aplicação dos novos normativos, como também na divulgação, aos beneficiários, nos Territórios selecionados.

Destaca-se, ainda, que foram utilizados recursos desta ação com despesas de locomoção (diárias, e passagens) de dois servidores da Superintendência para participação em evento de capacitação, em Brasília-DF, para coordenar a realização da pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil.

2.3.9 - Programa 0750 – Apoio Administrativo

2.3.9.1 - Dados Gerais do Programa

- **Tipo de Programa:** Apoio Administrativo.
- **Objetivo Geral:** Contemplar as despesas de natureza tipicamente administrativas, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos outros Programas, neles não foram passíveis de apropriação.
- **Objetivos Específicos:** Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
- **Gerente do programa:** Eva Maria de Sousa Sardinha
- **Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Deuzimar Brito
- **Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Não tem.
- **Público-alvo (beneficiários):** Não tem.
- **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

2.3.9.2 - Principais Ações do Programa

2.3.9.2.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

- **Tipo da Ação:** Atividade
- **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
- **Descrição:** A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.
- Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).
- Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

- **Coordenador nacional da ação:** Maria do Socorro Freire de Oliveira
- **Unidade executora:** Superintendência Regional do INCRA no Piauí
- **Execução Física e Financeira da ação realizada pela UJ**

Quadro 64- Execução Física da ação realizada pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	0750	2000	A	3	Vb	-	-	-	*

Fonte: Caderno Metas da SR(24) – PO/2010 e Relatório de Monitoria da SR(24), Dezembro, 2010

Nota - *meta não definida em função do Decreto de corte de recursos do orçamento do Governo Federal

Quadro 65- Execução Financeiro-orçamentária da Ação realizada pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.700.000,00	2.285.121,32	2.265.349,79	99,1	1.740.553,64	76,1	1.740.553,64	76,1

Fonte: Caderno de Metas SR(24)/2010 e Relatório SIAFI SR(24), Dezembro, 2010

Por se tratar de atividade meio, não há meta física estabelecida na Programação Operacional da SR(24) para esta ação.

No tocante a recursos orçamentários, o valor aprovado na PO/2010 para esta ação foi menor do que a previsão feita pela SR(24), considerando os compromissos com despesas administrativas inerentes à gestão da Superintendência do Piauí, incluindo-se as despesas administrativas e da tecnologia da informação. Tal situação ocorreu em virtude das restrições orçamentárias do Governo Federal com aporte de recursos destinados às despesas correntes do INCRA. No entanto, durante o exercício foram feitas suplementações ao orçamento do órgão, o que possibilitou o repasse de recursos para a SR(24) em montante superior ao inicialmente aprovado, o que permitiu honrar os compromissos assumidos na área administrativa, em 2010.

Vale ressaltar que durante o exercício em tela, no tocante a parte da gestão da área administrativa desta SR buscou-se melhor equilíbrio nos gastos dessa unidade, através de renegociações e ajustes de contratos firmados. Outro ponto de destaque foi a mudança para a nova sede da Superintendência, contando com um amplo espaço para melhor atendimento do público da Reforma Agrária, além de proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores do INCRA. Com a mudança para a nova sede encerrou-se o contrato de locação do imóvel onde

funcionava a SR(24), até então existente, resultando na redução de despesa no montante de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais) anuais.

Com vistas a melhoria dos controles internos, em Dezembro de 2010, a SR(24) fez-se adesão a uma Ata de Registro de Preço para aquisição de estantes para arquivamento de processos administrativos de cada Divisão e Gabinete, evitando-se, assim, extravios ou danos dos mesmos.

Destaca-se, ainda, na gestão administrativa do exercício de 2010, a implantação do Sistema de monitoramento da frota de veículos da SR(24) que além de contribuir para o melhor controle das viaturas e dos roteiros das viagens feitas pelos servidores, proporcionando redução de custos, possibilita, também, maior segurança aos seus usuários já que é possível acompanhar em tempo real a localização e trajeto feito por cada viatura.

Ademais, pode-se destacar, ainda, a criação de um sistema informatizado para controle dos contratos administrativos firmado por esta Superintendência, que possibilita o controle e acompanhamento de todos os contratos celebrados e comparação da evolução e decréscimo de despesas, mês a mês, visando dotar a Divisão de Administração e melhores condições para tomada de decisões gerenciais.

No tocante a parte da tecnologia da informação, os recursos disponibilizados para esses serviços são vinculados à Gestão Estratégica do INCRA, no entanto, na SR(24) a vinculação operacional deste setor tem ocorrido, na prática, junto à Divisão de Administração da Superintendência. Em 2010 destacam-se como avanços ocorridos no setor de Tecnologia da Informação a ampliação e modernização dos equipamentos que integram o sistema de informatização da SR(24). Por outro lado, registra-se a carência de pessoal técnico qualificado para atuar no setor, contando apenas com um técnico terceirizado e um servidor, cujo cargo para o qual foi contratado não está compatível com a função que exerce.

2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias

- Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

2.4.1.2 - Programação de Despesa Corrente

- Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

2.4.1.3 – Programação de Despesa de Capital

- Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

2.4.1.4 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

- Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

2.4.1.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 66– Movimentação Orçamentário por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	3730447	00890181	4.968,43		
			01352272			33.828,94
			01358374			262016,35
			01358384			276862,14
			01358387			269.981,00
			01372272			874699,58
			01372B06			77.476,50
			01374358			77.052,00
			01378398			66.627,12
			01382105			100.943,94
			01382110			200.000,00
			01382272			110.359,05
			01384426			171.639,74
			01394572			103.316,74
			07502000			2.085.121,82
			11202109			79.100,00
			11204304			13.500,00
			13361642			303.178,00
			13502272			25.355,00
			14272272			87.466,98
			14274470			2.000,00
Movimentação Externa	Concedidos		-	-	-	0,00
	Recebidos		-	-	-	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373044	07502000	216.468,00		
			01370427		27.312.800,00	
			01378396	8.280.927,57		
			01372272	47.000,00		
			01354460		747.278,18	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

FONTE: SIAFI

2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

- Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro 67- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	18.846.198,59	10.302.049,37	6838401,41	3397042,74
Convite	218.545,26	204329,86	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.414.975,80	837.340,32	0,00	0,00
Concorrência	14.199.035,79	6.996.938,00	4.226.893,82	1.607.729,18
Pregão	3.013.641,74	2.263.441,19	2.611507,59	1.789.313,56
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0	0,00	0,00
Contratações Diretas	522.150,86	658.884,23	481434,14	582591,29
Dispensa	273.151,18	263.985,85	263.924,19	252.107,41
Inexigibilidade	248.999,68	394.898,38	217.509,95	330.483,88
Regime de Execução Especial	224.641,33	224.093,93	224640,94	221341,22
Suprimento de Fundos	224.641,33	224093,93	224.640,94	221.341,22
Pagamento de Pessoal	1.336.089,14	1.701.145,66	1336089,14	1.687.305,56.
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.336.089,14	1.701.145,66	1.336.089,14	1687305,56
Outras	42.753.326,40	30.086.523,75	29.310.577,60	5.670.590,24

FONTE: SIAFI

Quadro 68 - Despesa Corrente por Grupo e Elemento Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	22.755,04	4.968,43	22.755,04	4.968,43	0,00	0,00	0,00	4.968,43
319008	22.755,04	4.968,43	22.755,04	4.968,43	0,00	0,00	0,00	4.968,43
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	5.948.070,71	4.798.116,07	4.247.017,89	4.290.111,04	1.222.214,97	508.005,03	4.247.017,89	4.290.111,04
333041	478.837,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339014	1.336.089,14	1.701.145,66	1.336.089,14	1.701.145,66	0,00	0,00	1.336.089,14	1.701.145,66
339030	630.958,16	565.636,23	572.453,46	406.452,14	58.504,70	159.184,09	572.453,46	406.452,14
339033	477.851,31	154.771,16	476.847,55	140.844,62	1.003,76	13.926,54	476.847,55	140.844,62
339036	26.166,30	25.361,20	26.166,30	25.211,20	0,00	150,00	26.166,30	25.211,20
339037	984.887,48	1.156.357,85	983.957,83	1.117.075,32	929,65	39.282,53	983.957,83	1.117.075,32
339039	1.789.305,34	1.008.298,76	673.621,57	761.900,89	1.115.683,77	246.397,87	673.621,57	761.900,89
339047	105.249,31	77.005,92	84.713,31	61.641,45	20.536,00	15.364,47	84.713,31	61.641,45
339092	0,00	879,70	0,00	879,70	0,00	0,00	0,00	879,70
339093	0,00	1.046,12	0,00	1.046,12	0,00	0,00	0,00	1.046,12
339139	118.725,82	107.613,47	93.168,73	73.913,94	25.557,09	33.699,53	93.168,73	73.913,94

Fonte: SIAFI 2009/2010.

Quadro 69- Despesa de Capital por Grupo e Elemento Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	15634033,7	8544395,57	4784823,38	1682802,44	10849150,32	6861593,13	4784823,36	1682802,44
449051	15.007.635,48	8.280.927,57	4.293.978,06	1.622.702,44	10.713.627,42	6.658.225,13	4.293.978,04	1.622.702,44
449052	626.398,22	263.468,00	490.845,32	60.100,00	135.522,90	203.368,00	490.845,32	60.100,00
5 - Inversões Financeiras	40.764.212,82	27.924.071,21	27.823.212,82	3.912.671,21	12.941.000,00	24.011.400,00	27.823.212,82	3.912.671,21
459061	466.312,82	747.271,21	466.312,82	747.271,21	0,00	0,00	466.312,82	747.271,21
459066	40.297.900,00	27.176.800,00	27.356.900,00	3.165.400,00	12.941.000,00	24.011.400,00	27.356.900,00	3.165.400,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2009/2010

2.4.2.3 – Análise Crítica

No exercício de 2010 observa-se que houve um montante de recursos empenhados com despesas de capital em volume significativo, embora inferior ao ano de 2009, no entanto não se verifica o mesmo no tocante às despesas liquidadas e muito menos pagas. Isto ocorreu por motivo da falta de descentralização de recursos financeiros no exercício para esta SR(24).

2.4.3 - Indicadores de Desempenho Institucional

Quadro 70– Indicadores

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☒ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	72,27%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	29,3%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009,	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	25%

	regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	139,51
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	43,47%

Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – SIPRA.	55,13%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	243,6%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação)	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – SIPRA.	0,0

						multiplicado por 100.		
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	356,5%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIPRA.	210,0%

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	☐ Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	101,0%
---	--	----------------------------------	----------	---------------	----------	--	---	--------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA.	0
Renda média das famílias (não obrigatório ou amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Ver justificativa

Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	304 parcelas urbanas
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema SIPRA e definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	1 PA *
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA.	0,0

						100.		
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	48,8%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	14,7 h
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	60

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [7] Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a água dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).
- [8] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).
- [12] Sugerimos a eliminação deste indicador, visto que traz informações conflituosas e de difícil obtenção. Sugere-se a discussão deste indicador, bem como a elaboração de um novo indicador que abrigue os temas tratados no mesmo, de forma que em 2011 possamos ter um indicador nestes termos.
- [13] Verificar a possibilidade de eliminar este indicador, remetendo-o ao MDA, tendo em vista que tal informação, a princípio, é de competência do referido Ministério.
- [14] Conforme discutido em reunião com o TCU, sugere-se eliminar este indicador tendo em vista que tais informações podem ser extraídas diretamente do SiafiI ou Siconve.
- [15] Ressalta-se que não há este ano obrigatoriedade de apresentação deste indicador, porém, aquelas SR que possuírem levantamentos que gerem renda média, deverão informar este indicador. Para os próximos exercícios, a Diretoria de Desenvolvimento deverá definir como irá gerar este indicador.
- [16] Solicitação de alteração acatada, desde que o Normativo seja revisado no decorrer de 2010.
- [17] Como gerar este indicador naquelas SR onde a auditoria não visitou no decorrer de 2009.

Notas sobre alguns dos indicadores:

Os indicadores relacionados foram objetos de negociação realizada entre os técnicos da Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA/SEDE e técnicos do TCU de Brasília.

- a) Indicador de Cadastramento Rural – o resultado obtido justifica-se em decorrência da abrangência territorial do Estado, aliado ao fato do Cadastro ser declaratório e, ainda, a existência de áreas devolutas não regularizadas;
- b) Índice de análise de processos de Certificação de imóveis – o resultado deste indicador justifica-se em função da grande demanda de proprietários de imóveis concentrados na região dos cerrados piauiense, aliado à qualidade das peças técnicas apresentadas, em detrimento de reduzida (4 técnicos) equipe do comitê de certificação da SR(24);
- c) Índice de regularização fundiária – o resultado justifica-se em face dessa ação depender diretamente do Governo do Estado do Piauí.
- d) Índice de gastos com obtenção de terras – este indicador mostra que no Estado do Piauí, embora tenha havido uma elevação de preços da terra nos últimos anos, porém ainda é baixo em relação a outras regiões do país.
- e) Índice de Projetos de Assentamentos com licenças ambientais em vigor - justifica-se em decorrência da grande quantidade de projetos de assentamentos existentes (481) sob a jurisdição da SR(24);
- f) Índice de acesso à água para consumo doméstico – justifica-se em decorrência da acumulação da execução de obras do exercício anterior somados a execução do exercício de 2010.
- g) Índice de provimento de PDA/PRA – justifica-se pela não execução da ação de Assistência Técnica no exercício de 2010. em decorrência da não contratação de serviços mesmo com a realização do processo de Chamada Pública
- h) Índice de provimento de Assistência Técnica - – justifica-se pela não execução da ação de Assistência Técnica no exercício de 2010.
- i) Índice de acesso à moradia nos assentamentos – este indicador inclui o número de casas construídas no exercício de 2010. Conclusão da aplicação de créditos pagos em exercícios anteriores.
- j) Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) – este indicador foi calculado com base na pesquisa por amostragem, realizada nos assentamentos do Brasil, na qual foram incluídos 64 assentamentos do Piauí.
- l) Índice de Parcelas Supervisionadas – justifica-se em função da quantidade reduzida de técnicos para a supervisão dos projetos existente na SR(24).
- m) Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados – apenas 1 projeto foi criado dentro nessa categoria;
- n) Índice de consolidação de assentamentos – não houve meta de consolidação no exercício de 2010;
- o) Índice de abrangência de capacitação – justifica-se em decorrência de não haver um plano consistente de capacitação na SR(24);
- p) Índice de horas de capacitação - justifica-se em razão de não haver um plano consistente de capacitação na SR(24);
- q) Índice de aprovação de Convênios – O percentual encontrado demonstra a relação entre os convênios comprovados e aprovados no exercício de 2010, sem considerar aqueles que foram comprovados em exercícios anteriores e que estão na situação de a APROVAR.

3- INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Quadro 71– Reconhecimento de passivos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Sem informações para este pedido					

Fonte: Setor de Contabilidade da SR(24)

3.2 – Análise Crítica

Mesmo com a limitada descentralização de recursos financeiros, A SR(24) não fez, no exercício em tela, reconhecimento de passivos de qualquer natureza de despesa.

4 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 72– Situação de restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2.009	0,00	0,00	0,00	0,00
2.008	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	25.491.263,09	11.229.589,66	13.404.151,00	857.522,43
2008	62.930,22	0,32	0,00	62.929,90
...				
Observações:				

Fonte: Setor de Contabilidades da SR(24)

4.2 – Análise Crítica

Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2008 e 2009 e reinscritos no exercício de 2010 tiveram sua validade prorrogada até 30.04.2010 conforme disposto no Decreto nº 7.418, de 31.12.2010.

Do montante inscrito em restos a pagar nos exercícios de 2008 e 2009, os valores representativos destes empenhos trata-se de despesas referentes a créditos instalações e benfeitorias e indenizações. A finalização destes processos foi prejudicada em função da indisponibilidade de Recursos financeiros. A possibilidade de quitação destes processos aliado a autorização de prorrogação da vigência dos restos a pagar através do Decreto supra mencionado abre possibilidade para quitação dos referidos processos.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 – Quadro de Recursos Humanos – situação apurada em 31/12/2010

Quadro 73- Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		127		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		125		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		124		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		1		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		0		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		2		
1.4.1 Cedidos		1		
1.4.2 Removidos		0		
1.4.3 Licença remunerada		1		
1.4.4 Licença não remunerada		0		
2 Provimento de cargo em comissão		10		
2.1 Cargos Natureza Especial		-		
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	4	10		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		8		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0		
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		2		
2.2.4 Sem vínculo	4			
2.2.5 Aposentado		0		
2.3 Funções gratificadas		2		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		2		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		0		
3 Total	4	137		

Fonte: RH/SR(24)

5.1.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Quadro 74- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	1		1	
1.2. Servidores de Carreira	22	23	25	48	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0				
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1		1	
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	2		
2.3. Funções gratificadas		1	1		

Fonte: Divisão de Administração d:

5.1.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Quadro 75- Composição de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	5	36	86	3	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						2			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4	1		
2.3. Funções gratificadas				1		1			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: RH/INCRA SEDE

5.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1- Composição do Quadro de Servidores Inativos – situação apurada em 31/12/2010

Quadro 76 – Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	40	2
1.1 Voluntária	19	2
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	5	
1.4 Outras	15	
2 Proporcional	28	
2.1 Voluntária	27	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano da SR(24)

5.2.2 - Constituição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 77– Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	36	
2. Proporcional	10	2

Fonte: Setor de Desenvolvimento Humano da SR(24)

5.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 78- Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
□ Área Fim			2		4.304,00
□ Área Meio		3			12.228,00
Nível Médio					
□ Área Fim	2		1		8.781,00
□ Área Meio			1		1.161,00

Fonte: Setor de Desenvolvimento da SR(24)

OBS.: Nesta informação levou-se em consideração somente os estagiários com contratos iniciado nos trimestres acima solicitados.

5.4 – Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos

5.4.1 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009, 2010

Quadro 79– Manutenção de Recursos Humanos

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕE S	GRATIFICAÇÕE S	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕE S	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2008	R\$ 6.891.463,67		R\$ 595.268,45	R\$ 188.241,83	786.670,75	R\$ 477.430,68	R\$ 0,00	R\$ 8.939.075,38
2009	R\$ 6.930.488,18		R\$ 645.168,77	R\$ 213.929,98	1.030.355,95	R\$ 436.232,23	R\$ 1.845,82	R\$ 9.258.020,93
2010	R\$ 7.813.411,98		R\$ 729.870,69	R\$ 225.392,90	1.288.896,99	R\$ 925.850,74	R\$ 0,00	R\$ 10.983.423,30
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008								R\$ 0,00
2009								R\$ 0,00
2010								R\$ 0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2008					9.155,34			R\$ 9.155,34
2009					1.276,05			R\$ 1.276,05
2010								R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR								
2008		R\$ 349.309,72			83.644,80			R\$ 432.954,52
2009		R\$ 352.183,29			105.450,79			R\$ 457.634,08
2010		R\$ 347.594,47			119.892,77			R\$ 467.487,24
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2008		R\$ 2.392,28			10.721,55			R\$ 13.113,83
2009		R\$ 7.999,19			20.011,77			R\$ 28.010,96
2010		R\$ 10.104,23			15.844,29			R\$ 25.948,52

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 170.040,58
2009	R\$ 287.283,43
2010	R\$ 343.648,79

5.5.2 – Contratados de Prestação de Serviço com Locação de Mão-De-Obra

Quadro 81- Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão-De-Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CRT/PI/34000/05	1	2	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Administração
CRT/PI/34000/05	1	2	Superintend. Regional do INCRA/PI - Procuradoria Federal Especializada
CRT/PI/34000/05	1	4	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div.Ord. da Estr. Fundiária
CRT/PI/34000/05	1	3	Superintendência Regional do INCRA/PI – Gabinete
CRT/PI/34000/05	1	3	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Obtenção de Terras
CRT/PI/13000/09	1	2	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Administração
CRT/PI/24000/10	1	8	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Administração
CRT/PI/24000/10	2	1	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Administração
CRT/PI/24000/10	3	1	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Administração
CRT/PI/24000/10	1	5	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div.Ord. da Estr. Fundiária
CRT/PI/24000/10	1	2	Superintendência Regional do INCRA/PI – Gabinete
CRT/PI/24000/10	1	4	Superintendência Regional do INCRA/PI – Div. de Desenvolvimento
CRT/PI/24000/10	1	1	Superintendência Regional do INCRA/PI – Ouvidoria Agrária
CRT/PI/19000/10	7	15	Superintendência Regional do INCRA/PI
CRT/PI/13000/06	8	12	Superintendência Regional do INCRA/PI

5.5.3 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Quadro 82– Distribuição do pessoal contratado

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CRT/PI/19000/10	7	15	SR(24)A
CRT/PI/10000/11	1	3	SR (24)T
CRT/PI/10000/11	1	4	SR (24) F
CRT/PI/10000/11	1	2	SR (24) PFE
CRT/PI/10000/11	1	2	SR (24) G
CRT/PI/10000/11	1	4	SR (24) A
CRT/PI/24000/10	3	1	SR (24) A
CRT/PI/24000/10	1	6	SR (24) A
CRT/PI/24000/10	1	5	SR (24) F
CRT/PI/24000/10	1	2	SR (24) T
CRT/PI/24000/10	1	4	SR (24) D
CRT/PI/24000/10	1	1	SR (24) O
CRT/PI/24000/10	1	2	SR (24) G
CRT/PI/24000/10	2	1	SR (24) A
CRT/PI/13000/06	8	12	SR (24) A
CRT/PI/13000/09	9	2	SR (24) A
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;		6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;		7. Higiene e Limpeza;	
3. Serviços de Copa e Cozinha;		8. Vigilância	
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;		Ostensiva;	
5. Serviços de Brigada de Incêndio;		9. Outras.	

5.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.

A SR(24) não utiliza indicadores gerenciais de Recursos Humanos. Não obstante, dispõe de levantamento do quadro de formação acadêmica dos servidores efetivos da Superintendência, utilizado como ferramenta para definição de lotação e na orientação de formação de equipes de trabalho, formalizadas em Ordem de Serviço, para executar atividades específicas, em atendimento a demandas especiais e/ou emergenciais, surgidas no decorrer do exercício administrativo.

6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU OUTROS ACORDOS.

6.1 – Transferências efetuadas no Exercício

6.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de referência

Quadro 83– Transferências recebidas e realizadas no Exercício

Concedente: UG:373044 / CNPJ:00375972/0020-23 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse Total Até o Exercício	Repasse No Exercício	Início de Vigência	Fim de Vigência	Situação
Convênio	538135	06554729/0001-96	539.999,50	540.000,00	433.560,50	0,00	28-dez-05	01-dez-10	0 - Adimplente
Convênio	595446	06554729/0001-96	540.000,00	27.000,00	207.959,80	0,00	21-nov-07	21-set-10	0 - Adimplente
Convênio	595448	06554729/0001-96	720.000,00	72.000,00	227.663,00	0,00	21-nov-07	21-set-10	0 - Adimplente

Fonte: Divisão de Administração – Setor de Contabilidade da SR(24)

OBS: Quanto aos Convênios de nº 538135, 595446 e 595448 que tratam do PRONERA foram paralisadas as atividades por meio da publicação da NE/INCRA/DD/Nº73, de 30 de maio de 2008, que suspendeu o pagamento de bolsas com recursos do Programa, gerando um grande número de desistências de alunos. Na busca de solução desse problema foram feitas várias reuniões entre o INCRA e SEDUC, porém o problema não foi sanado. Importa ressaltar que estes processos tiveram suas vigências iniciadas em 2005 e 2007 e término em 2010, entretanto, no exercício de 2010 não ocorreram transferências, ficando parcelas dos mesmos na situação de não liberadas ocorrendo a finalização dos instrumentos. As prestações de contas foram apresentadas e estão em processo de conclusão de análises.

6.1.2 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro 84– instrumentos celebrados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUI						
CNPJ: 00375972/0020-23				UG/GESTÃO:373044/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	0	0,00	0,00	0,00

Fonte:SIAFI/2008/2009/2010.

6.1.3 – Resumo dos Instrumentos de transferências que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Não há instrumentos de transferência nessas categorias

6.1.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio e Contrato de Repasse

Quadro 85– Transferências concedidas na modalidade de Convênio e Contrato de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUI					
CNPJ: 00375972/0020-23				UG/GESTÃO:373044/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	-
		Montante Repassado		-	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	04	-
			Montante Repassado (R\$)	8.911.611,21	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	02	-
			Montante Repassado (R\$)	700.540,96	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	0 5	-
			Montante Repassado (R\$)	1.823.590,01	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	08	-
			Montante Repassado (R\$)	9.287.564,91	-
2008	Contas prestadas		Quantidade	04	-
			Montante Repassado (R\$)	980.054,84	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	11	-
			Montante Repassado (R\$)	10.724.176,80	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	11	-
			Montante Repassado (R\$)	9.639.895,13	-

Fonte:SIAFI 2008/2009/2010.

6.1.5 – Análise Crítica

As gestões dos convênios se deram tanto junto à entidade conveniente para que as mesmas prestassem contas dos recursos repassados, quando internamente junto aos asseguradores e responsáveis por análise financeira das prestações de contas visando a suprir as pendências no que se refere aos valores transferidos nas modalidades citadas.

Observa-se pelos quadros supra, que esta SR se utilizou apenas da modalidade convênio para efetuar ajustes junto a entes federados e entidades privadas sem fins lucrativas e que, a última celebração se deu no exercício de 2007, cujos prazos finais encerraram em 2010, portanto, nesta Regional não existe nenhum instrumento com vigência ainda não expirada e desta forma no exercício de 2011 não existe instrumento em vigência.

Outro ponto de destaque se refere às análises financeiras dos convênios vencidos na situação de APROVAR . Podemos constatar uma quantidade maior de aprovações em 2010 em relação aos outros anos, isto deve-se ao fato de que foram realizadas forças tarefas com o objetivo de zerar o passivo de convênio ainda em 2010, e para isso foram realizado análise financeira na quase totalidade dos convênios e desse fato geraram diligências às entidade para prestar justificativas e em outros casos foram incluídos as entidades em Tomada de Contas Especial.

Observando esta Regional da necessidade de concluir todos os processos de contas, estabelecemos para o exercício de 2011 zerar todo o passivo no que se refere a prestação de contas de Convênios que é a modalidade celebrada por esta Superintendência.

7 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO		
Declaro, exceto pela ressalva contida no parágrafo seguinte, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria, firmados por esta Superintendência estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010. Os instrumentos relacionados no item 6 deste Relatório, não constam do SICONV face a indisponibilidade de módulos específicos para registro naquele sistema, na época das respectivas celebrações.		
Local: Teresina(PI)		Data: 10.03.2011
Responsável: Deuzimar Cabral de Brito		Cargo: Chefe da Divisão Administrativa

8 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

DECLARAÇÃO		
Em cumprimento ao disposto no capítulo I, título III, da Instrução Normativa/TCU/Nº 63, de 27/08/2008. DECLARAMOS que os agentes ocupantes de Função de Confiança e seus substitutos, registrados no Rol de Responsáveis, que atuaram de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2010, estão em dia com as exigências de apresentação de declaração de bens e rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/1993.		
Local: Teresina(PI)		Data: 10.03.2011
Responsável: Roberto Sergio Trindade de Sousa		Cargo: Chefe do Serviço de Desenvolvimento Humano

9 – INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X

10 – INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Recuperação de áreas degradadas em obras de infraestrutura.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Redução do consumo de energia, porém não mensurado devido ser utilizado somente em alguns setores da Superintendência.		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Com exigência de critérios técnicos.		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 – INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ CLASSIFICADOS COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Os imóveis classificados como de uso especial de propriedade desta UJ atualmente pode-se destacar o atual prédio onde funcionam as instalações da Superintendência localizado em Teresina – PI e um centro cultural localizado na cidade de Água Branca - PI. Atualmente, os valores registrados no SIAFI divergem dos constantes no SPIUNET devido a necessidade de se efetuar incorpora coes e desincorpora coes nestes imóveis.

12 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	1%				

12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Durante o exercício de 2010, foram realizadas despesas enquadradas como suprimimento de fundos através da utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF. A necessidade desta ferramenta, prende-se ao fato de que as atividades desta autarquia são essencialmente finalísticas e que as ações são desenvolvidas no campo e para isso faz-se necessário o deslocamento de servidores para os assentamentos situados nos diversos municípios abrangidos por esta SR.

A utilização dos Cartões de Pagamentos foram necessários essencialmente para cobrir despesas como

deslocamento em viagens, visando a realização de abastecimentos e consertos de viaturas e despesas.

14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENUNCIA TRIBUTÁRIA

- Não se aplica a natureza jurídica da UJ

15 – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		Acórdão/TCU 578/10 - Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA – SR 24 (PI)					373044
Descrição da Deliberação:					
Aprimoramento dos controles internos da Superintendência Regional do Piauí com vistas a mitigar os problemas identificados na gestão de convênios e a conclusão do estoque de convênios com prazo vencido para análise de prestação de contas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração da SR 24(PI)					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Constituição de Grupo de Trabalho, através da Ordem de Serviço nº 93/2010, com vista a análise dos processos de convênios e envidar esforços no sentido de mostrar uma nova configuração das transferências voluntárias realizadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
=>Análise de todos os processos de convênios pendentes. Entretanto, não foi possível zerar o passivo existente que só ocorrerá quando as medidas administrativas forem esgotadas e houver ressarcimento ao erário, quando for o caso.					
=>Entidades convenientes notificadas para sanar pendências, de sua responsabilidade, nos convênios;					
=>Lançamento da situação de inadimplência efetiva, para consequente abertura de TCE, para aquelas entidades convenientes que não se manifestaram diante da notificação da Superintendência.					

Síntese da Situação atual dos convênios analisados

- 1) SIAFI 426310 - Inadimplência Efetiva – Encaminhado para TCE
- 2) SIAFI 426362 - Inadimplência Efetiva – Encaminhado para TCE
- 3) SIAFI 429656 – Aprovado, apos a devolução dos recursos.
- 4) SIAFI 454610 - Processo analisado financeiramente; entidade Conveniente notificada por Ofício para apresentar providencias no prazo de 10 dias; encaminhamento para assegurado do convenio para emissão do parecer técnico.
- 5) SIAFI 467206 - Processo em fase de análise técnica e financeira.
- 6) SIAFI 467329 - Processo analisado financeiramente, Conveniente notificada por Ofício para apresentar justificativas no prazo de 10 dias.
- 7) SIAFI 485140 – Processo Encaminhado Para TCE
- 8) SIAFI 485142 - Processo Encaminhado Para TCE
- 9) SIAFI 485143 - Processo Encaminhado Para TCE
- 10) SIAFI 485144 - Processo Encaminhado Para TCE
- 11) SIAFI 486065 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas.
- 12) SIAFI 487542 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada a para apresentação de justificativas, encaminhamento ao assegurado do convenio para emissão de parecer técnico.
- 13) SIAFI 488935 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada a para apresentação de justificativas, encaminhamento ao assegurado do convenio para emissão de parecer técnico.
- 14) SIAFI 502759 - Processo em fase de conclusão de análise.
- 15) SIAFI 502831 – Aprovado, apos analise final das contas e das justificativas apresentadas pela Conveniente.
- 16) SIAFI 502839 – Aprovado, apos analise das justificativas da Conveniente.
- 17) SIAFI 516614 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas.
- 18) SIAFI 516632 - Processo Encaminhado Para TCE
- 19) SIAFI 516778 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas.
- 20) SIAFI 517542 – Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas.
- 21) SIAFI 517938 - Processo Encaminhado Para TCE
- 22) SIAFI 595446 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas.
- 23) SIAFI 599200 - Prestação de contas analisada, Conveniente notificada por Ofício para apresentação de justificativas. A entidade apresentou as justificativas e as mesmas encaminhadas para analise e conclusão.
- 24) SIAFI 634889 - Processo em analise para aprovação.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		Acórdão/TCU No 753/2008			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA – SR 24 (PI)					373044
Descrição da Deliberação:					
Promover a consolidação dos projetos de assentamento criados há mais de vinte anos pelo Incra e que já se encontram em condições de serem inseridos nas demais políticas públicas de desenvolvimento local e regional.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento da SR 24(PI)					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Formação de equipe técnica para elaborar plano de Trabalho visando tender as determinações do TCU exaradas no Acórdão No 753/2008.					
Síntese dos resultados obtidos					
=> Identificação e Definição 10 Projetos de Assentamento a serem incluídos no Plano de Trabalho, para posterior priorização de 05 Assentamentos que serão contemplados com a ação de consolidação. => Elaboração do Plano de Trabalho de Consolidação de Projetos de Assentamentos, que envolve as seguintes atividades: (1) Estabelecer projetos prioritários; (2) Levantar e regularizar informações sobre o domínio dos imóveis e processos administrativos dos beneficiários (3) Realização de vistorias, como o objetivo verificar a regularidade da situação ocupacional do lote/área vistoriada; (4) Elaboração de pauta de valores (5) Atualização do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIPRA e emissão do TD (verificar e realizar as atualizações dos dados do beneficiário e do projeto de assentamento no Sipraweb). (6) Impressão e publicação no Boletim de Serviços - BS – Entrega dos documentos; (7) Elaboração do Diagnóstico de Evolução do Projeto (8) Relatório Técnico sobre o projeto, contendo um parecer conclusivo quanto a pertinência e a conveniência da consolidação do projeto. (9) Remeter relatório a apreciação e aprovação do CDR; (10) Publicação da Resolução de consolidação (11) Realização de Reuniões com as instituições parceiras (12) Abertura dos processos de destinação dos bens remanescentes, conforme orientações da NE 33/2003.					

16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE.

Não houve realização de auditoria interna no exercício de referência.

17 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Nada a declarar.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARACAO COM RESSALVAS			
Denominação Completa da UJ		Código da UG	
Superintendência Regional do Piauí		373044	
Declaro que todos os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Variações Patrimoniais, previsto na Lei no 4.320, de 17 de marco de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta jurisdicionada, exceto no tocante as contas abaixo: a) Compensações Ativas Diversas, convênios firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. Portanto, as contas necessitam de regularização, tendo em vista a grande demanda de convênios celebrados nesta SR (24), pela não apresentação das prestações de contas nos moldes dos artigos 28 e 31 da IN/STN/01/97; b) 11.318.01.00 - Material de Consumo Falta a conciliação com o Almoxarifado no encerramento do exercício de 2010 c) Na conta patrimonial 14.211.80.00 - Estudos e Projetos - Consta um valor de R\$ 833.371,76, referente a Estudos e Projetos da construção sede INCRA/PI, valor este não lançado no SPIUNET; d) Na conta 14.211.92.00 - Instalações - Consta um valor de R\$ 10.000,00, referente a gasto com a construção do prédio Sede INCRA/PI, valor este não lançado no SPIUNET; e) 14.212.92.01 - Estoque Interno - Existe um valor de 357.562,86, não foi conciliado com o almoxarifado no enceramento do exercício 2010, entretanto as providencias referentes aos ajustes já estão sendo adotadas; f) Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local: Teresina-PI	Local: Teresina-PI	Data:	10/03/11
Contador Responsável	Deuzimar Cabral de Brito	CRC nº	0065350-3

19 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS, CONFORME DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Ver anexo I

19.1 - Demonstrações contábeis previstas na Lei no 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Não aplicável a natureza jurídica da UJ

PARTE C – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO – SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO INCRA

20 - CRONOGRAMA DE LEVANTAMENTO RELATIVO À DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS ACIMA DE 10.000,000 HA (PORTARIA/INCRA/N.º12/2006), DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS

20.1 Cronograma das Atividades de Fiscalização Cadastral

Programação Operacional para o 1º semestre/2010, em atendimento a NORMA DE EXECUÇÃO/INCRA/DF/Nº 88, DE 23/11/2009, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos abrangidos pelo Portaria/INCRA/Nº 12 /2006, em que os detentores de imóveis rurais não atenderam a intimação do INCRA.

Programação da Meta Física da Fiscalização Cadastral/2010.

Município: Arraial (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 29.491,3000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Avelino Lopes / Curimatá (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 14.105,0000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Barreiras do Piauí (PI).

Qtde de Processos: 02 (dois)

Total de área/há: 23.305,1000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Baixa Grande do Ribeiro / Santa

Filomena / Ribeiro Gonçalves (PI).

Qtde de Processos: 02 (dois).

Total de área/há: 74.764,7000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Bertolândia – (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 7.189,0916 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Canto do Buriti (PI)

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 26.681,0291 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Gilbués (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 11.621,0000 há,

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Morro Cabeça no Tempo (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 7.880,2000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: São José do Peixe (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 10.000,0000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Palmeira do Piauí (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 10.400,0000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: São Miguel do Tapuio (PI).

Qtde de Processos: 03 (três)

Total de área/há: 67.074,6900 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Pavussu / Rio Grande do Piauí (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 10.089,3000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Pio IX (PI).

Qtde de Processos: 04 (quatro)

Total de área/há: 182.501,84000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Redenção do Gurguéia (PI).

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/há: 24.960,0000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

Município: Uruçuí (PI)

Qtde de Processos: 01 (um)

Total de área/ha: 17.329,5000 há.

Equipe: 01 Técnico e 01 Motorista.

21 – PRINCIPAIS DIFICULDADES A SEREM GERIDAS NO PRÓXIMO EXERCÍCIO E AÇÕES DE MITIGAÇÃO

21.1 – Dificuldades na Fiscalização Cadastral

1 – Falta de atendimento tempestivos às notificação e ou diligências, por parte dos proprietários de imóveis rurais sob Processo Administrativo de Fiscalização Cadastral;

2 – Não disponibilidade de recursos materiais e financeiros para levantamento cartorário de certidões de registro de imóveis, com vista a comprovação da regularidade dominial e cadastral dos imóveis, cujos proprietários deixaram de atender as notificações em conformidade com a PORTARIA/INCRA/Nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2006;

21.2 – Ações de Mitigação para o Exercício de 2011

- 1 – Disponibilização de recursos materiais e financeiros suficientes para que a equipe possa executar as programações elaboradas a cada ano;
- 2 – Criação de mecanismos ou instrumentos punitivos para os detentores de imóveis rurais, pelo não cumprimento das obrigações necessárias previstas na Legislação Agrária vinculada aos imóveis rurais, além da inibição de emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

ANEXOS

ANEXO I

Demonstrações contábeis previstas na Lei no 4.320/64, incluindo as notas explicativas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCICIO	2010		MES	DEZ(FECHADO)	
SUBTITULO	373044/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24			EMISSION	08/02/2011		PAGINA	1	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
ATIVO				PASSIVO					
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009				
ATIVO FINANCEIRO	32.283.595,89	25.518.092,81	PASSIVO FINANCEIRO	32.343.348,89	25.577.845,81				
CREDITOS EM CIRCULACAO	32.283.595,89	25.518.092,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.343.348,89	25.577.845,81				
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	53.406,25	386.075,35	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.019,20	0,00				
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	32.230.189,64	25.132.017,46	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	179,10	0,00				
ATIVO NAO FINANCEIRO	235.629.748,76	240.387.224,92	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	13.840,10	0,00				
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-28.276.270,26	-23.943.545,50	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	32.301.450,81	25.554.193,31				
CREDITOS EM CIRCULACAO	-32.206.090,38	-25.126.989,01	A LIQUIDAR	32.301.450,81	25.554.193,31				
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-32.230.189,64	-25.132.017,46	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	27.878,88	23.652,50				
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.000,00	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-32.301.450,81	-25.554.193,31				
ADIANTEAMENTOS CONCEDIDOS	23.099,26	5.028,45	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-32.301.450,81	-25.554.193,31				
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	3.929.820,12	1.183.443,51	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-32.301.450,81	-25.554.193,31				
ESTOQUES	251.366,35	180.746,59	PASSIVO REAL	41.898,08	23.652,50				
TITULOS E VALORES	3.678.453,77	1.002.696,92	PATRIMONIO LIQUIDO	267.871.446,57	265.881.665,23				
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	253.298.586,87	245.491.227,18	PATRIMONIO/CAPITAL	265.881.665,23	206.539.887,01				
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	253.298.586,87	245.491.227,18	PATRIMONIO	265.881.665,23	206.539.887,01				
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	216.024.094,79	210.631.494,79	RESULTADO DO PERIODO	1.989.781,34	59.341.778,22				
CREDITOS A RECEBER	37.274.492,08	34.859.732,39	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	267.913.344,65	265.905.317,73				
PERMANENTE	10.607.432,15	18.839.543,24	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-265.923.563,31	-206.563.539,51				
IMOBILIZADO	10.599.699,11	18.831.810,20							
BENS MOVEIS E IMOVEIS	10.617.569,45	18.831.810,20							
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-17.870,34	0,00							
INTANGIVEL	7.733,04	7.733,04							
ATIVO REAL	267.913.344,65	265.905.317,73							
ATIVO COMPENSADO	56.586.103,96	52.271.114,57	PASSIVO COMPENSADO	56.586.103,96	52.271.114,57				
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	56.586.103,96	52.271.114,57	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	56.586.103,96	52.271.114,57				
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	165.717,86	147.647,05	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	165.717,86	147.647,05				
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	33.741.634,81	34.589.198,06	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	33.741.634,81	34.589.198,06				
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	22.678.751,29	16.222.402,06	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	22.678.751,29	16.222.402,06				
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	1.311.867,40	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	1.311.867,40				
ATIVO	324.499.448,61	318.176.432,30	PASSIVO	324.499.448,61	318.176.432,30				


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373044/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24			2010	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			EMISSÃO	PÁGINA
				08/02/2011	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ORÇAMENTARIAS	49.464.237,78	95.422.406,09	ORÇAMENTARIAS	41.469.368,74	63.286.594,48
RECEITAS CORRENTES	3.523.707,53	502.971,16	DESPESAS CORRENTES	4.803.084,50	5.970.825,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.523.707,53	502.971,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.968,43	22.755,04
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	8.354.333,23	35.954.694,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.690.502,60	5.829.344,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.354.333,23	35.954.694,28	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	107.613,47	118.725,82
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.354.333,23	35.836.442,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.613,47	118.725,82
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	118.251,35	DESPESAS DE CAPITAL	36.468.466,78	56.398.246,52
MUTUAÇÕES ATIVAS	37.586.197,02	58.964.740,65	INVESTIMENTOS	8.544.395,57	15.634.033,70
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	6.205.198,86	33.473.477,56	INVERSOES FINANCEIRAS	27.924.071,21	40.764.212,82
AQUISICOES DE BENS	2.818.457,64	5.891.936,62	MUTUAÇÕES PASSIVAS	197.817,46	917.522,26
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	3.386.741,22	27.581.540,94	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	197.817,46	917.522,26
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31.380.998,16	25.491.263,09	ALIENACAO DE BENS	0,00	696.879,77
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	90.336.356,47	101.421.725,27	LIQUIDACAO DE CREDITOS	197.817,46	220.642,49
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	6.558.409,76	8.599.958,42	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	96.341.444,17	74.215.758,66
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	5.481.609,76	2.350.261,67	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	4.457.637,53	9.028.741,38
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.076.800,00	6.240.073,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	933.930,00	8.516.146,47
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	9.623,75	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	3.523.707,53	512.594,91
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	83.777.946,71	92.821.766,85	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	91.883.806,64	65.187.017,28
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	72.548.357,05	87.888.118,43	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	58.055.851,22	33.065.037,95
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	10.323.320,09	2.183.423,14	BAIXA DE BENS IMOVEIS	12.313.145,37	881.325,92
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	190.919,66	290.660,38	BAIXA DE BENS MOVEIS	377.921,81	581.981,90
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	62.034.117,30	85.414.034,91	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	2.414.759,69	5.180.899,23
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	11.229.589,66	4.933.648,42	BAIXA DE DIREITOS	42.950.024,35	26.420.830,90
DEFICIT			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	17.870,34	0,00
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	17.870,34	0,00
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	24.633.740,66	32.121.979,33
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.176.344,42	0,00
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	9.176.344,42	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	1.989.781,34	59.341.778,22
			SUPERAVIT	1.989.781,34	59.341.778,22


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373044/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24				2010	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				EMISSÃO	PÁGINA
					11/02/2011	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	41.255.530,48	-41.255.530,48
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	4.787.063,70	-4.787.063,70
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	4.968,43	-4.968,43
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	4.782.095,27	-4.782.095,27
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	36.468.466,78	-36.468.466,78
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	8.544.395,57	-8.544.395,57
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	27.924.071,21	-27.924.071,21
BTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	41.255.530,48	-41.255.530,48
BTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	41.786.579,08	16.020,80	41.770.558,28
INVESTIMENTACAO FINANCEIRA									
JB-REPASSE	41.697.862,63	41.697.862,63	8.354.333,23	33.343.529,40					
TAL	41.697.862,63	41.697.862,63	8.354.333,23	33.343.529,40	TOTAL	0,00	41.786.579,08	41.271.551,28	515.027,80
FICIT TOTAL	0,00	0,00	32.917.218,05	-32.917.218,05	SUPERAVIT TOTAL				
TAL GERAL	41.697.862,63	41.697.862,63	41.271.551,28	426.311,35	TOTAL GERAL	0,00	41.786.579,08	41.271.551,28	515.027,80
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER			25.518.092,81	32.130.796,67	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS			933.930,00	8.516.146,47
OBRIGACOES EM CIRCULACAO			43.572.938,55	30.510.214,74	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS			3.523.707,53	512.594,91
FORNECEDORES			179,10	0,00	DISPENSIOES EXTRA-ORÇAMENTARIOS			68.546.872,95	59.083.856,95
DO EXERCICIO			179,10	0,00	VALORES EM CIRCULACAO			32.283.595,89	25.518.092,81
RESTOS A PAGAR			43.531.040,47	30.486.562,24	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER			32.283.595,89	25.518.092,81
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR			32.301.450,81	25.554.193,31	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			0,00	118.251,35
CANCELADO			11.229.589,66	4.932.368,93	VALORES DIFERIDOS			0,00	118.251,35
VALORES EM TRANSITO			27.878,88	23.652,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO			25.577.845,81	32.213.343,79
OUTROS DEBITOS			13.840,10	0,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO			25.554.193,31	28.434,24
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES			32.230.189,64	25.132.296,95	VALORES EM TRANSITO			23.652,50	1.234.169,00
INCORPORACAO DE DIREITOS			32.230.189,64	25.132.017,46	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES			10.685.431,25	1.234.169,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER			32.230.189,64	25.132.017,46	BAIXA DE DIREITOS			10.685.431,25	1.234.169,00
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGACOES			0,00	1.279,49	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER			10.685.431,25	1.234.169,00
EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	1.279,49					
INGRESSOS			114.276.061,76	130.481.670,55	DISPENSIOES			114.276.061,76	130.481.670,55

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

a) As Demonstrações Contábeis contemplam todas as transações e operações orçamentarias, financeiras e patrimoniais realizadas pela Superintendência Regional do Incra no Piauí.

Os atos de gestão foram registrados de acordo com os princípios e critérios contábeis geralmente aceitos e, naquilo que e específico, com os princípios que norteiam a Administração Pública, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual SIAFI macrofunção 02.03.18 e estão consolidadas com o plano de contas da União.

b) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas na forma da Lei no 4.320/64 e contempla a posição desta SR em 31.12.2010. O Regime Contábil utilizado e o de competência;

c) Composição do Ativo e Passivo

Dentro desses grupos de contas destacam-se os seguintes itens:

Recursos a Receber Para Pagamento de Restos a pagar

Registra os valores de despesas empenhadas e que não foram pagas ate 31/12/2010 que correspondem ao total de R\$ 32.230.189,64(trinta e dois milhões, duzentos e trinta mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Esses valores foram inscritos em restos a pagar processados e não processados, nos termos do Decreto 93.872/86.

Diversos Responsáveis

Registra o valor de débitos apurados em decorrência da falta de comprovação de prestação de contas de suprimento de fundos, cabe ressaltar que esta posição reflete a situação em 31/12/2010, mas que na data de apresentação do balanço a situação já se encontra regularizada.

Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

Neste subgrupo estão demonstrados os valores relativos a créditos instalação reembolsáveis concedidos as famílias assentadas em Projetos de Assentamentos integrantes do Programa de Reforma Agraria criados pelo INCRA. Outro ponto evidenciado neste subgrupo estão os créditos

a receber de parceiros relativos a despesas com aquisição de imóveis rurais e infraestrutura. O pagamento será efetuado quando da emissão definitiva do título.

Obrigações em Circulação.

O valor de R\$ 32.343.348,89(trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos),descrito nesta conta, registra valores com obrigações pendentes na data de encerramento do exercício,cujos pagamentos deverão ocorrer no exercício de 2011.